

Leisa
Brasil



Agriculturas

experiências em agroecologia

dezembro
2008
vol. 5
nº 4

Superando a
pobreza rural

O Brasil concentra no meio rural o maior número de pobres e segue ostentando um dos piores índices de desigualdade social do mundo. A continuidade desse quadro em um país com tão vastas disponibilidades territoriais, ambientais, econômicas e culturais só pode ser explicada pela permanência do histórico padrão de desenvolvimento que reproduz estruturas de poder bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios.

As políticas e programas governamentais para o campo têm sido incapazes de desarticular essas estruturas, uma vez que não são concebidas para promover a plena cidadania e a inserção dos mais pobres nas dinâmicas de desenvolvimento econômico. Ao contrário, orientam-se a partir da falsa dicotomia que considera parte do universo das famílias rurais como agentes econômicos, enquanto a outra parte, a mais pobre, é vista como beneficiária da assistência social. Além disso, a tese de que a superação da pobreza será alcançada por meio do crescimento econômico turbinado pelo agronegócio continua a legitimar politicamente o modelo de desenvolvimento rural concentrador da renda e dos fatores de produção, sobretudo a terra. A essência perversa dessa concepção se manifesta na patente contradição entre índices empregados na medida do desenvolvimento: enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio apresenta crescimento vertiginoso no curto prazo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos territórios de expansão das monoculturas permanece baixo ou mesmo em queda.

Embora o crescimento econômico seja um componente a ser considerado nas estratégias para a superação da pobreza, não há dúvida de que o efeito desse crescimento é tanto menor, ou mesmo negativo, quanto mais desigual for a sociedade. Para ser efetiva, qualquer estratégia para superar a pobreza e as desigualdades sociais implica a adoção de medidas que ampliem as margens de liberdade dos mais pobres para que os mesmos possam participar e usufruir dos processos de geração de riquezas na sociedade. O acesso precário ou inexistente à terra e aos recursos naturais; a insegurança alimentar e nutricional; os baixos e incertos ingressos monetários, assim como a destituição de culturas e identidades socioculturais; o baixo nível de participação em organizações sociais; e a marginalização no acesso aos benefícios das políticas públicas estão entre as formas de privação mais comuns vivenciadas pelas famílias agricultoras mais empobrecidas. Essas privações de ordem material, cultural e política ocorrem de forma simultânea e se realimentam mutuamente, criando círculos viciosos que reproduzem a pobreza ao tolher o horizonte de escolhas dos mais pobres para elaborar e pôr em prática estratégias próprias para alcançar uma vida plena e criativa.

As experiências apresentadas nesta edição demonstram como a perspectiva agroecológica pode propiciar condições para o empoderamento das famílias rurais mais pobres ao fomentar dinâmicas de inovação agrícola e sócio-organizativa orientadas para a construção de crescentes graus de autonomia técnica, econômica e cultural com base na utilização inteligente dos recursos locais e na revitalização dos mecanismos de reciprocidade típicos em comunidades camponesas.

O editor



ISSN: 1807-491X

Agriculturas

experiências em agroecologia

v. 5, nº 4

(corresponde ao v. 24, nº 3 da Revista Leisa)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa –, em parceria com a Fundação Ileia – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS
EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Rua Candelária, nº 9, 6º andar
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020
Telefone: 55 (21) 2253-8317 Fax: 55 (21) 2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ileia

P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ileia.info

Conselho Editorial

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Jean Marc von der Weid
AS-PTA

José Antônio Costabeber

Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, RS

Marcelino Lima

Caatinga/Centro Sabiá, PE

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional Fase, RJ

Maria José Guazzelli

Centro Ecológico, RS

Miguel Ângelo da Silveira

Embrapa Meio Ambiente

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA

Equipe Executiva

Editor Paulo Petersen

Editor convidado para este número Jorge O. Romano

Produção Executiva Adriana Galvão Freire

Pesquisa Adriana Galvão Freire, Paulo Petersen

Base de dados de subscritores Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque Rosa L. Peralta

Revisão Gláucia Cruz

Tradução Flávia Londres

Foto da capa Adriana Galvão Freire

Projeto gráfico e diagramação I Graficci

Impressão Holográfica

Tiragem 6.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

Nota: Esta edição está em conformidade com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa que entrará em vigor em janeiro de 2009.



Editor convidado *Jorge O. Romano*

pág. 4

Artigos



pág. 8

A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia

pág. 8

Ana Paula Teixeira de Campos e Eugênio Alvarenga Ferrari



pág. 13

Notas sobre projetos de geração de renda e experiências econômicas coletivas em comunidades e assentamentos rurais de Minas Gerais

pág. 13

Ana Paula Gomes de Melo, Eduardo Magalhães Ribeiro e Flávia Maria Galizoni



pág. 18

Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba

pág. 18

Sílvio Gomes de Almeida, Paulo Petersen, Adriana Galvão Freire e Luciano Silveira



pág. 23

Combate à pobreza rural e sustentabilidade no semiárido nordestino: a experiência do projeto Dom Helder Camara

pág. 23

Pablo Sidersky, Felipe Jalfim e Espedito Rufino



pág. 29

Superando a pobreza rural a partir das riquezas nativas: a experiência da Cooperativa Grande Sertão

pág. 29

Igor S.H. de Carvalho



pág. 34

Fundos Solidários: alternativa para construção de autonomia e empoderamento das mulheres rurais

pág. 34

Célia Santos Firmo



pág. 38

Mulheres rompem barreiras no Mali

pág. 38

Jonas Wanvoeke, Rosaline Maiga Dacko, Kalifa Yattara e Paul Van Mele

Publicações

pág. 41

Agroecologia em Rede

pág. 43

Pobreza: o problema e a construção de soluções

O problema: “A pobreza não se restringe à dimensão econômica e à privação dos bens materiais que constituem sua manifestação mais explícita. Ela envolve também uma dimensão política e cultural”, nos alertam Almeida, Petersen, Freire e Silveira no artigo na página 18 desta edição.

A construção de soluções: “Os pequenos projetos direcionam para o aprendizado conjunto e a prática solidária e, dessa forma, permitem que muitos grupos excluídos se apropriem de recursos materiais e simbólicos para organizar sua atuação no mundo, para consolidar seus caminhos e para construir novas causas, próprias e independentes”, apontam por sua vez Melo, Ribeiro e Galizoni no texto reproduzido na página 13.

É justamente o diálogo entre a complexidade do problema e a busca de soluções visando recolocar os pobres e os excluídos como sujeitos do seu destino a marca do conjunto dos artigos de *Superando a pobreza rural*, a nova edição da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*.

Ainda que a pobreza tenha diminuído de forma contínua e significativa nos últimos anos, se adotados os critérios convencionais de medição que levam em conta apenas o volume de renda, a sua dimensão é inaceitável para um país que se apresenta como um ator democrático chave na nova geopolítica multipolar. Assim, tanto o problema da pobreza como a construção de soluções para sua superação são dois temas complexos e de grande relevância na atualidade.

Pobreza como situação de negação de direitos, capacidades e oportunidades

Os direitos humanos definem as condições básicas para resguardar a vida das pessoas em qualquer lugar do planeta. As capacidades de um indivíduo consistem na sua liberdade para fazer ou deixar de fazer ações, ou seja, são o poder que permite às pessoas escolherem genuinamente os seus destinos. As oportunidades, por sua vez, não se restringem às disponibilidades de recursos, mas também estão relacionadas à autoestima, ao acesso aos processos decisórios, ao poder de iniciativa e ao reconhecimento de cada voz na comunidade num determinado contexto histórico.

Em situações de pobreza, há indivíduos que têm acesso aos recursos mínimos para sua subsistência, mas não conseguem garantir um padrão de vida digno, quando confrontado com a realidade sociocultural da comunidade e/ou sociedade em que vive (pobreza relativa). Há também aqueles indivíduos que não têm acesso nem mesmo aos alimentos e recursos necessários para sua sobrevivência física (pobreza absoluta).

Assim, sob uma perspectiva mais abrangente, a pobreza seria basicamente um estado de negação de direitos humanos, de desempoderamento e de restrição das capacidades e das oportunidades reais de pessoas e grupos.

Processos que geram desigualdades e acentuam o empobrecimento

No Brasil, a concentração de poder, riqueza, renda e dos outros diferentes capitais – social, cultural, ambiental, etc. – é fruto de um processo histórico de controle econômico e político

exercido pelas elites nacionais e locais sobre o Estado, o mercado e a sociedade. Elas têm utilizado as políticas e os recursos públicos em benefício próprio. Tais práticas vêm sendo adotadas há séculos e têm se intensificado com o neoliberalismo, sob a égide dos grandes grupos financeiros e das corporações internacionais. Como resultado, temos 75% da riqueza nacional nas mãos de apenas 10% da população, enquanto 90% do povo brasileiro fica somente com 25%. Dentro desses 10% da população rica, cinco mil clãs de famílias controlam 40% do total da riqueza nacional. Outros exemplos: R\$ 120 bilhões no pagamento dos títulos da dívida pública são repassados para 20 mil clãs de famílias (cerca de R\$ 6 milhões por família ao ano), enquanto a previdência social utiliza R\$ 140 bilhões no atendimento de 21 milhões de famílias de aposentados (cerca de R\$ 6 mil por família ao ano). Já o tão propalado programa Bolsa Família gasta R\$ 8 bilhões na assistência de 8 milhões de famílias (cerca de R\$ 72,00 por mês para cada família).¹

A partir desses dados, percebemos que os processos que geram desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos, grupos, regiões e/ou países no acesso a recursos, tais como poder, renda e prestígio, se constituem nas principais causas de produção e reprodução das situações de pobreza e de exclusão social, agindo, portanto, como processos que acentuam o empobrecimento. São justamente esses processos e situações – que têm se potencializado com o modelo neoliberal – que não respeitam os direitos humanos nem permitem a igualdade das capacidades básicas e das oportunidades reais de todas as pessoas. A importância dos processos que geram desigualdades para a reprodução e agravamento do empobrecimento fica muito evidente em países que apresentam um nível de desenvolvimento econômico intermediário, porém com marcadas diferenças na distribuição de renda e riqueza. É o caso do Brasil, onde a proporção de indivíduos em situação de pobreza é três vezes maior do que a de países com renda *per capita* similar. Assim, no Brasil, os processos que geram *desigualdade social* – e não a falta de recursos – são a principal causa da pobreza e da exclusão social.

A pobreza no meio rural

Os habitantes da zona rural estão entre os mais empobrecidos do país. Apesar de os índices de pobreza rural estarem diminuindo de forma generalizada, a sua incidência continua sendo o dobro da urbana. A situação de pobreza rural é mais aguda nas regiões Nordeste e Norte, onde milhões de pessoas veem denegados seus direitos a uma vida digna.

Esse quadro também é resultado de relações de poder que beneficiam velhas e novas elites agrárias e agroindustriais. O modelo do agronegócio, que tem nas grandes corporações um dos seus atores e beneficiários principais, é fortemente valorizado no país que busca garantir superávit primário por meio de exportações agrícolas. Esse modelo tem influenciado as posições oficiais do governo nas negociações dos acordos internacionais de comércio, seguindo a lógica de sujeição à liberalização do mercado neoliberal. Seus interesses também têm orientado a introdução de novas tecnologias, como a de sementes geneticamente modificadas, que contribuem para a perda de autonomia dos agricultores e para a restrição de seus direitos, intensificando assim os processos de empobrecimento nas áreas rurais. Essas posições têm prejudicado a agricultura familiar que responde por 70% dos empregos no campo e por 40% da produção agropecuária nacional.

A falta de democratização no acesso a recursos naturais e produtivos pelas pessoas pobres e excluídas se mantém, uma vez que a reforma agrária e as políticas públicas para a agricultura familiar ficam relegadas ao segundo plano. Os movimentos sociais do campo – como o Movimento Sem Terra (MST), o sindicalismo de trabalhadores rurais congregado na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e dos trabalhadores rurais da agricultura familiar reunidos nas Federações dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetrafs) –, assim como outras organizações não-governamentais e da sociedade civil, como a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), têm se mobilizado a fim de viabilizar a efetivação de ações que visem à democratização das relações de poder e o desenvolvimento de um modelo centrado na agricultura familiar e na Agroecologia.

Diante desse cenário, vem se desenvolvendo, no espaço rural brasileiro, um grande número de iniciativas com intensa participação das populações empobrecidas, de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, buscando enfrentar as múltiplas faces da pobreza.

¹ Dados da entrevista concedida por Márcio Pochmann à Agência Brasil (02/03/06).

As múltiplas faces da pobreza

O fenômeno da pobreza é multidimensional. Ele pode ser considerado uma situação, uma condição, um estado ou uma vivência.

Quando falamos de *situação de pobreza*, estamos ressaltando os processos sociais que criam e reproduzem a pobreza. Aqui, a questão fundamental que se coloca é: “Quais são os fatores que produzem e reproduzem a pobreza?”

Quando falamos de *condição de pobreza*, estamos procurando identificar os elementos de privação, em geral materiais e sociais, que caracterizam a pobreza. Nesse sentido, a questão é: “Quais são os sinais da pobreza?”

Quando falamos de *estado de pobreza*, estamos ressaltando a temporalidade da pobreza. Pessoas ou grupos mais vulneráveis podem em momentos particulares da sua trajetória social entrar ou sair da pobreza. A questão então seria: “Quais são os momentos de maior risco de entrar na pobreza ou com mais potencialidades de sair dela?”

Quando falamos de *vivência da pobreza*, estamos recuperando a dimensão vivida, existencial da pobreza. Lutar pela superação da pobreza é lutar também contra a visão tecnocrata que reduz as pessoas pobres a números abstratos ou segmentos estatísticos. A pobreza é uma experiência terrivelmente real e indivisível para aqueles que a vivenciam. Ao mesmo tempo, cada grupo tem uma concepção do que é a pobreza, fundada em valores próprios. As questões que se colocam aqui são: “Como se compreende a pobreza? Como ela é vivenciada?”

Nesse sentido, querer dar conta das múltiplas faces da pobreza implica reconhecer não só a diversidade de questões que ela coloca, mas também a complexidade das respostas. Esse reconhecimento se torna particularmente importante quando se tenta construir as complementaridades necessárias – as tão faladas *sinergias* – entre as práticas das pessoas pobres, as ações dos movimentos sociais, as iniciativas das diferentes organizações da sociedade civil e as políticas públicas que visam a sua superação. O desafio é tanto reconhecer as diferenças e limites quanto criar sinergias que visem atenuar os sofrimentos criados pela vivência da pobreza, propostas que procurem diminuir os riscos de entrar na pobreza, assim como implementar ações que almejem reduzir os sinais da pobreza e políticas que pretendam mudar os processos estruturais que geram empobrecimento e desigualdade.

A construção de soluções

Nos artigos que compõem esta edição encontramos exemplos dessas práticas, ações, iniciativas e políticas. No artigo *A conquista de terras em conjunto*, a partir da experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG), Campos e Ferrari colocam no debate o acesso à terra como fruto da auto-organização das famílias e da articulação com o sindicato de trabalhadores rurais. Os autores abordam também o sentido de liberdade e autonomia que a conquista da terra proporciona, assim como o impacto da práticas agroecológicas no aumento da segurança alimentar e na redução da vulnerabilidade das famílias.

Por sua vez, Melo, Ribeiro e Galizoni nos trazem a construção de soluções a partir de pequenos projetos associativos de geração de renda de diferentes regiões de Minas Gerais. Ao longo do artigo, nos defrontamos com questões fundamentais, como o reconhecimento das demandas, a importância das metodologias participativas, os desafios da articulação com mediadores e grupos locais, a recorrência de problemas econômicos nas iniciativas e a necessidade de olhar para elas também como projetos formativos, políticos, sociais, celebrativos, experimentais e distributivos.

Em *Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba*, Almeida, Petersen, Freire e Silveira chamam a atenção para a importância, na construção de soluções, de problematizar a conceitualização da pobreza, contextualizando-a e identificando as suas formas de expressão a partir da visão dos atores locais. Eles também destacam o desafio de reorientação das propostas e metodologias das iniciativas das organizações da sociedade civil que trabalham para a superação do círculo vicioso da pobreza a partir do reconhecimento tanto das estratégias “de sobrevivência” dos grupos mais pobres quanto da capacidade que esses grupos possuem – e/ou necessitam – para construir os seus próprios projetos de inserção social.

Sidersky, Jalfim e Rufino, em sua análise sobre a experiência do projeto Dom Helder Camara no Rio Grande do Norte, apontam para a importância do enfoque agroecológico, com ênfase na

valorização do saber popular, na troca de saberes e nas metodologias participativas na construção de soluções para superação da pobreza. O artigo traz exemplos dos desafios enfrentados nos agroecossistemas de gestão familiar, assim como ressalta a importância da organização dos agricultores e do acesso a terra, crédito e assessoria técnica.

A experiência da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas Gerais que Carvalho nos traz é uma oportunidade ímpar para discutir questões centrais na construção de soluções para superação da pobreza, como cooperativismo, geração de renda, diversificação de produção, acesso a mercados, sustentabilidade ambiental e valorização das riquezas nativas.

A questão da promoção dos direitos das mulheres na construção de soluções se apresenta com força em dois outros artigos que compõem esta edição. Firmo recupera a experiência do fundo solidário na região semiárida da Bahia como uma alternativa de construção de autonomia e empoderamento das mulheres rurais. Por sua vez, Wanvoeke, Dacko, Yattara e Van Mele nos levam a Mali, no continente africano, para olhar como as mulheres, por meio da construção de sua própria organização de produtoras de arroz e com a utilização de metodologias participativas, rompem barreiras de gênero e casta que as mantinham em estado de pobreza.

Acesso à terra, à água, a sementes nativas e a outros recursos naturais. Promoção da da segurança alimentar. Incremento da produção garantindo a sustentabilidade ambiental. Acesso a crédito, à assistência técnica e a mercados institucionais. Maior valor agregado na produção e melhor comercialização dos produtos. Promoção da organização social e fortalecimento das comunidades. Construção de alianças e articulações em redes. Participação nos processos de tomada de decisões coletivas. Fortalecimento da solidariedade, da autoestima e da dignidade. Valorização da cultura local e de seus recursos simbólicos. Promoção dos direitos das mulheres. Novos aprendizados, identificação de alternativas e caminhos próprios. Essas são as construções de soluções para a superação da pobreza que o conjunto de artigos desta edição da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* nos traz. Essas construções apontam para os processos de empoderamento das populações em situação de pobreza, para a promoção de direitos e para as lutas pela democratização do acesso aos recursos do Estado, do mercado e da sociedade.

O desafio permanece: a superação dos processos de empobrecimento como questão política

Porém, os êxitos dessa diversidade de práticas, ações, iniciativas e políticas que são exemplificados nesta edição não podem fazer esquecer uma questão central na luta contra a pobreza. Em última instância, a superação dos processos de empobrecimento é uma questão política, que diz respeito à manutenção ou a transformações das relações de poder na sociedade. A redistribuição da renda gerada no mercado – quando ocorre – é fruto de um processo de conquista política dos setores empobrecidos e excluídos. Ou seja: a completa superação das situações de pobreza implica a mudança das relações de poder existentes que produzem e reproduzem os processos de geração de desigualdades econômicas, políticas e sociais. Dessa forma, as políticas de superação da pobreza têm que enfrentar a questão redistributiva no acesso aos recursos.

Ao mesmo tempo, essa superação só se realizará plenamente com a promoção e defesa dos direitos das pessoas pobres e excluídas, tanto no âmbito do Estado quanto do mercado e da sociedade civil. Num país como o Brasil, o último da América a abolir a escravidão e um dos mais desiguais do mundo, a luta pelos direitos dessas pessoas assume diferentes frentes. Desde a luta pelo respeito, cumprimento e real universalização dos direitos civis, políticos e laborais (que reconheçam as populações pobres e excluídas enquanto indivíduos, cidadãos e trabalhadores) até a luta pela garantia legal e prática dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Mas para que tanto a questão redistributiva quanto a real universalização dos direitos aconteça é necessário haver na sociedade uma forte vontade política que oriente o Estado na busca da justiça social e que promova a construção de um modelo de desenvolvimento humano, democrático, justo e sustentável.

Jorge O. Romano
antropólogo, doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ
jorge.romano@uol.com.br



A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia¹

Ana Paula Teixeira de Campos
Eugênio Alvarenga Ferrari

"(...) a terra para mim é vida, autonomia, liberdade, sabe? Direito que a pessoa tem de falar, de ouvir, enfim, de trabalhar. Em resumo, a terra significa vida, você tá entendendo? Porque é onde você tem tudo. Se você tem um pedaço de chão, você tem tudo, você tem autonomia, de fazer bem o que você pensa, quer. Você sonha, você tem a liberdade de plantar, de colher, sabe? Você só não tem a liberdade de destruir ela. Você tem que pensar que hoje ou amanhã você tem que deixar ela para os outros, né? Sinceramente, um pedaço de chão para quem trabalha na roça, principalmente, é tudo."

(Paulinho, 41 anos, agricultor e pequeno proprietário)

O pequeno município de Araponga fica localizado na região da Zona da Mata de Minas Gerais e ocupa parte da Serra do Brigadeiro, que alguns nativos preferem chamar de Serra dos Arrepiados. O clima é ameno, propício para a produção de café arábica de excelente qualidade. De acordo com dados do IBGE (2005), o município possui 7.942 habitantes. Desse total, aproximadamente 80% residem na zona rural, onde 86% das propriedades rurais têm menos de 50 hectares e ocupam 38% da área total.

A experiência apresentada neste artigo foi denominada, pelos próprios agricultores, de conquista de terras em conjunto. Trata-se de uma alternativa de acesso à terra por parte dos que não tinham nenhuma perspectiva de permanecer no campo, distinta das formas de luta dos movimentos sociais de reforma agrária hoje existentes no país.

Na conquista de terras em conjunto, pequenos proprietários e trabalhadores rurais adquirem conjuntamente uma área de terra, onde cada novo proprietário terá a chance de comprar uma propriedade, que em média varia entre 1 e 6 hectares, de acordo com suas condições de pagamento. A parte da área que será destinada ao novo proprietário é definida a partir de critérios construídos pelo grupo. Os que têm melhores condições financeiras fazem um empréstimo solidário ao novo proprietário para a compra da terra, o que acontece ainda hoje entre parentes e, em menor número, entre amigos. A dívida é sempre paga com produtos, como arrobas de café, milho ou em cabeças de gado. Essa experiência se institucionalizou em 1989 e até 2007, de acordo com os dados fornecidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga, 174 famílias já haviam conquistado o seu pedaço de terra, totalizando 620 hectares.

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)² iniciou um trabalho de promoção da Agroecologia junto a agricultores(as) familiares de Araponga em 1987, mas foi só no início dos anos 1990 que se deu conta do andamento e da importância da expe-

¹Pesquisa realizada por Ana Paula Teixeira Campos, que forneceu os dados de sua dissertação de mestrado, a partir da qual se elaborou este artigo.

²Organização de assessoria, criada em 1987 por profissionais de ciências agrárias e lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais da Zona da Mata.

riência, que de fato constituía uma precondição para a ampliação da Agroecologia no município. A partir daí, o CTA-ZM buscou apoiar e estimular a conquista de terras em conjunto, mobilizando recursos para sua sistematização e expansão.

Portanto, é uma experiência que teve sua origem e continua sendo gerida pelos(as) próprios(as) agricultores(as), sendo vista por estes(as) como uma das estratégias mais efetivas para a superação da pobreza rural. Vale ressaltar que o conceito de pobreza adotado pelos(as) agricultores(as) não está somente relacionado à falta de acesso a bens materiais e serviços básicos, mas também à situação de dependência e falta de autonomia das famílias, à perda da autoestima, da autodeterminação e da identidade cultural.

Conquista de terras em conjunto: origens na história de família

"A terra significa assim: o meio para nós sobreviver, plantar, colher. Se não tivesse terra, não tinha nem como a gente sobreviver... Agora a situação melhorou muito, tá na casa da gente."

(Neuza, 27 anos, agricultora e pequena proprietária)

A conquista de terras em conjunto começou com a família Lopes, composta por nove irmãos e irmãs, sendo que três deles realizaram a primeira compra de terra em conjunto e em família, entre 1977 e 1978: o seu Alfires, conhecido como Fizim (falecido em 1999), o seu Aibes, conhecido como Bibim, e o seu Niuton, conhecido como seu Neném. Segundo o depoimento de seu Neném, a his-

tória da conquista surgiu por causa de Bibim, que desejava sair do regime de parceria por não ter terra suficiente para manter a família. Por isso, precisava comprar mais terra. Os proprietários da região, entretanto, não vendiam parcelas de terra muito pequenas e nem davam crédito aos meeiros. Foi então que os irmãos Neném e Fizim se reuniram para adquirir um pedaço maior, para que Bibim pudesse comprar sua parte. A compra foi realizada com empréstimo bancário, venda de produtos e o que era conseguido com o trabalho dos três.

Passados dez anos, ao voltarem de uma reunião das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seu Neném e Fizim vinham caminhando e refletindo sobre a leitura de uma passagem bíblica que, segundo seu Neném, era assim: "Falava que os cristãos vendiam suas propriedades e colocavam nos pés dos apóstolos. Mas a gente interpretou que esse trecho não estava certo. A gente tinha que fazer diferente. A gente imaginou assim: se vender, aí piora, temos que fazer o contrário: comprar." Tiveram então a idéia de criar a conquista de terras em conjunto.

A primeira compra coletiva

"A conquista de terra... eu acho que conheci uma história maravilhosa e faço parte dela. O que eu puder fazer para um trabalhador ter um pedaço de terra, o que eu puder contribuir, eu vou fazer. Para mim a história da conquista de terra não pode acabar nunca, porque cada dia que ela cresce é um trabalhador que está conseguindo o seu pedaço de terra, é um sonho realizado."

(Sônia, 33 anos, agricultora e pequena proprietária)

Foto: Arquivo CTA



Família de Cosme e Amélia: pioneiros na conquista de terras em conjunto



Reunião da CEB de Araponga em 1981

Depois da primeira compra em família, em 1977, a primeira compra coletiva foi realizada em 1989, envolvendo não só membros dos Lopes, mas outros meeiros e trabalhadores rurais. Assim, o que era história de família e acontecia com empréstimo de produtos, posteriormente se transformou em um fundo de crédito rotativo administrado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga, que recebeu uma doação da Fundação Ford³ para ser usada como capital de giro para a criação do fundo. A partir de então, o empréstimo passou a ser feito com um recibo do sindicato, com descrição da quantidade e o equivalente em arrobas de café. Ao pagar o empréstimo, o que pode ser feito em até dois anos, a pessoa ganha um recibo de quitamento da dívida.

Com a disseminação da experiência no município, o grupo elaborou um conjunto de critérios para a entrada de novos membros. Entre 1994 e 1995, algumas pessoas se reuniram e escreveram os Dez Mandamentos. Ele pode ser considerado como o documento mais importante que orienta o grupo e permite a adesão de novos compradores de terras em conjunto.

Os Dez Mandamentos da conquista de terras em conjunto são:

- 1- Interesse pela terra: ter amor pela terra e compromisso.
- 2- Comportamento no grupo: ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões.
- 3- Meio ambiente: ter consciência ecológica.
- 4- Divisão: formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas.
- 5- Conquista das terras: fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível e viver em sintonia com a comunidade.
- 6- Forma de convivência: ter diálogo e compreensão

com os companheiros, tratar de assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente de seita.

- 7 - Participação e contribuição da mulher: lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo.
- 8 - Participação agrícola: participação nas trocas de serviço e mutirão, recuperação e conservação do solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas.
- 9 - Maneiras de usar as coisas móveis do grupo: usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais.
- 10 - Maneira de usar os imóveis: conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.

Nos mandamentos podemos identificar três grupos de temas abordados pelos agricultores. Primeiro, há um conjunto de postulados morais que permitem avaliar a confiabilidade dos membros e definir padrões éticos de conduta comunitária (mandamentos 2, 4, 5 e 6). Em segundo lugar, eles determinam uma série de procedimentos de decisão e resolução de problemas comuns (mandamentos 9 e 10). Por fim, alguns dos mandamentos incorporam também questões de gênero e meio ambiente (mandamentos 1, 3, 7 e 8). E, de modo geral, todos incorporam na sua redação o discurso agroecológico. No conjunto, os Dez Mandamentos configuram regras-em-uso que, elaboradas pelos próprios agricultores e agricultoras, permitem monitorar o comportamento daqueles que participam da conquista de terras, reduzindo a possibilidade de oportunismo e risco para a experiência.

As conquistas da conquista: liberdade, práticas agroecológicas e qualidade de vida

"Terra é liberdade, é segurança, é conforto. Para mim terra é quase tudo, nossa mãe, é dela que a gente veste, que a gente come, que a gente tira a nossa saúde. A conquista de terra foi a liberdade, só de ter a minha casa na minha propriedade e você deitar tranquilo à noite e acordar tranquilo. Você planta o que você quiser, antes não podia fazer isso, o dono da terra achava que ia prejudicar a lavoura."

(José, 34 anos, agricultor e pequeno proprietário)

³A partir de uma sugestão da Fundação Ford, o CTA-ZM incluiu em um projeto dotação de recursos para a criação de um Fundo de Crédito Rotativo para a conquista de terras a ser gerido pelo STR.



Rafael e Sandrinha cuidando da horta na terra conquistada



Afonso, Aparecida e filhos: família que conquistou a sua terra

A experiência da conquista de terras em conjunto traz lições, aprendizados e exemplos de superação da pobreza rural, dos problemas individuais, mas também coletivos. As associações de crédito participativo e as organizações associativas desenvolvidas pelos próprios agricultores ampliam as alternativas de ação e proporcionam novas modalidades de acesso e mobilização de recursos materiais e imateriais. Assim, o que os agricultores familiares de Araponga estão realizando representa muito mais do

que obter bem-estar material. Eles não estão apenas comprando terra, mas também adquirindo autonomia, que se manifesta em todas as esferas da vida: no manejo da lavoura, na diversificação da produção, no uso de práticas agroecológicas dentro da propriedade, na frequência dos filhos à escola, na participação em movimentos sociais, nas reuniões do sindicato, na realização de cursos, na construção da casa própria e na qualidade dos alimentos produzidos e consumidos pela família.

A passagem da condição de meeiros e trabalhadores rurais para pequenos proprietários modifica não apenas as alternativas de organização produtiva, moradia e segurança alimentar, mas também reforça o auto-respeito dos agricultores. Mesmo para os que são meeiros, o fato de possuir terra está diretamente ligado à conquista de liberdade, que foi e ainda é uma das principais motivações que leva os criadores da experiência a desejarem sua ampliação para abranger um maior número de meeiros e trabalhadores rurais sem terra. Segundo seu Neném, "O problema de ser meeiro não é a questão de trabalhar, é a falta de liberdade mesmo. Até para falar a pessoa é proibida às vezes de expressar aquilo que sente, ele é proibido."

Às vezes, o valor atribuído à liberdade – para fazer o que quiser, poder ir onde quiser e sair à hora que quiser, os filhos poderem ir à escola, os pais poderem participar do movimento – é maior do que o da própria terra:

"A conquista significou um crescimento não simplesmente de questões financeiras, mas um crescimento social, para a gente gerenciar a terra que é da gente... Uma autonomia... libertação. A realização de um sonho também. Até quebrou, assim, um pouco, a tradição dos filhos de só adquirir terras por herança ou doação (...)"

(Benjamim, 37 anos, agricultor e pequeno proprietário)

A posse da terra também permitiu aos pequenos proprietários decidirem a forma como querem con-

duzir o manejo e os processos de trabalho na propriedade. Do total das 79 famílias entrevistadas em pesquisa realizada em 2005, 62 (78%) afirmaram que, ao possuírem terra própria, obtiveram melhoria na qualidade de vida, liberdade para plantar o que desejar, fazer o seu horário, não usar agrotóxicos e usar menos adubos químicos, usar adubo orgânico, ter lavoura orgânica, diversificar a produção e ainda a possibilidade de ter pequenas criações, horta e pomar. Outra característica importante é o fato de quase não precisarem comprar produtos industrializados.

"Tocava a lavoura à meia, em parceria. Era longe, levava uma hora e meia para ir e voltar. Hoje a gente trabalha com outra dimensão, trabalha no que é nosso. O jeito mudou, a qualidade é melhor. Aqui pode plantar de tudo e com mais cuidado e qualidade. Aqui é orgânico e pode plantar junto, café com feijão."

(João, 30 anos, agricultor e pequeno proprietário).

No caso das mulheres, as que trabalhavam como meeiras juntamente com os maridos ou com os pais também relatam que as principais mudanças foram a substituição do uso de agrotóxicos por práticas menos agressivas ao solo e à saúde dos agricultores, assim como a maior disponibilidade de tempo para se dedicar aos filhos, à casa, às criações e poderem ter uma horta. Vale destacar que a ênfase nas práticas agroecológicas nas propriedades mostra o resultado do trabalho do CTA-ZM junto aos agricultores e agricultoras:

"Eu era empregado, trabalhava das 7 às 17 horas. Trabalhava no pomar de pêsego, morango, cultura de baroa e capineira para gado. Depois passou tudo para cultura do café. Todas as culturas usavam veneno, Butox, Round-up, Bidrin. Hoje não uso adubo químico e nem veneno."

(Sebastião, 42 anos, agricultor e pequeno proprietário)

Outro item importante relatado pelos agricultores, e comprovado pelas visitas feitas às famílias, é em relação à moradia. Nos depoimentos, ela também é frequentemente relacionada à tão sonhada liberdade. Portanto, a maioria das famílias sente orgulho por ter maior liberdade para plantar o que quiser e morar na própria casa.

A iniciativa da família Lopes foi fundamental para realizar a conquista de terras em conjunto, mas a consolidação dessa experiência também se deve em parte ao trabalho desenvolvido pelo CTA-ZM, que, embora não se dirigisse aos problemas de posse e propriedade da terra, ampliou os recursos organizacionais e o acesso às redes externas de agricultores, além de oferecer uma nova visão da agricultura e suas possibilidades. Foi a partir da experiência com Agroecologia que os(as) agricultores(as) viram que só seria possível fazer o manejo da lavoura de modo

autônomo e sem uso de agrotóxicos se tivessem a sua própria terra.

Dessa forma, tanto as aspirações por maior liberdade e autonomia, que emergem dos depoimentos, quanto a melhora geral na qualidade de vida, estão presentes como resultados da conquista de terras em conjunto. Os agricultores que deixaram de ser meeiros e trabalhadores rurais para se transformarem em pequenos proprietários reduziram significativamente a vulnerabilidade a que estavam submetidos, garantindo melhores condições de reprodução da unidade familiar.

Ana Paula Teixeira de Campos
mestre em Extensão Rural pela
Universidade Federal de Viçosa (MG)
aptcampos@gmail.com

Eugênio Alvarenga Ferrari
engenheiro agrônomo colaborador do CTA-ZM e
mestrando em Extensão Rural pela
Universidade Federal de Viçosa (MG)
ferrari@ctazm.org.br

Referências bibliográficas:

- CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. *A conquista de terras em conjunto: redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG)*. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- CONQUISTA da terra em conjunto. Direção de Tânia Calliari. Viçosa, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2000, fita vídeo (33 min.), VHS, som, color.
- GEERTZ, Clifford. *The Rotating Credit Association: a "middle rung" in development. Economic Development and Cultural Change*, v. 10, n. 3, p. 241-263, April 1962.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. 409 p.
- SANTOS, A. D.; FLORISBELO, G. R. *Desenvolvimento territorial e combate à pobreza: sistematização de três experiências no estado de Minas Gerais, Brasil*. Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), 2004.

Notas sobre projetos de geração de renda e experiências econômicas coletivas em comunidades e assentamentos rurais de Minas Gerais¹

Ana Paula Gomes de Melo
Eduardo Magalhães Ribeiro
Flávia Maria Galizoni

A comercialização na agricultura familiar é um assunto importante para pesquisa e extensão rural desde os anos 1970. Nessa época o associativismo já era indicado para enfrentar vários problemas, pois atuando em conjunto as famílias venderiam mais, captariam recursos com mais facilidade, criariam canais para acessar a extensão rural e programas de crédito. Sindicatos de trabalhadores rurais, agências públicas e organizações de mediação animaram experiências associativas, sobretudo com pequenos projetos comunitários, que se tornaram o principal meio de apoiar a comercialização. Elas se expandiram desde então, receberam recursos e fizeram parte dos objetivos de muitos programas.

A partir dos anos 1990, os pequenos projetos coletivos de geração de renda foram postos em novo quadro. Movimentos sociais e das organizações não-governamentais assumiram participação cada vez mais ativa na criação de programas de desenvolvimento e estimularam experiências associativas de geração de ocupação e renda por meio de pequenos projetos. Isso era comum também entre agências públicas e de cooperação internacional, que incentivaram iniciativas, mesmo informais e muito localizadas, para ampliar os canais de comercialização e elevar a renda de famílias rurais. Com o tempo, alguns enfoques foram se destacando nesses pequenos projetos: modificar mentalidades, relações de troca, que deveriam ser mais solidárias; subordinar os valores individualistas aos da coletividade; cooperar, em vez de participar da competição imposta pelos mercados. Esses são os princípios da economia solidária, cujo grande desafio tem sido conciliar os fundamentos éticos da proposta e o ganho de vantagens individuais pelos participantes.

Pequenos projetos associativos alcançaram graus variados de sucesso quando seus resultados econômicos foram avaliados a partir dos seguintes critérios: ocu-

¹ Artigo apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Associação Regional Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores (Armicopa) e Cáritas de Paracatu.



Cajuí, o caju do Cerrado, fruto coletado e beneficiado por muitas associações de agricultores

pações criadas, renda adicionada, mais valor agregado. Ocorre, porém, que populações rurais engajadas nessas experiências associativas nem sempre priorizaram apenas resultados materiais. Foram além da aspiração de ganhos em dinheiro e, para desespero de alguns avaliadores, muitas vezes privilegiaram outros benefícios, como o aumento da autoestima do grupo, o acesso à capacitação, a participação na política, o engajamento de mulheres em novas atividades não-domésticas e a abertura de novas redes de contato social.

Partindo de experiências de lavradores com pequenos projetos associativos, este artigo analisa e busca compreender a amplitude dos resultados, mostrando que, ainda que sejam importantes os produtos materiais, muitas vezes os excelentes resultados não-materiais são desconsiderados.

Experiências associativas

Dentre as muitas experiências de estímulo ao associativismo rural de Minas Gerais, algumas se destacam pela duração e maturidade dos resultados para as famílias e organizações mediadoras rurais. Este artigo é baseado em iniciativas localizadas nas regiões do Alto Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Noroeste do estado, áreas de atuação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), da Associação Regional Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores (Armicopa) e da Cáritas Diocesana de Paracatu, respectivamente.

Nessas organizações e regiões foram pesquisadas as seguintes experiências:

- a) Noroeste/Cáritas de Paracatu: Grupo de Doceiras do Projeto Assentamento Saco do Rio Preto; Grupo de Doceiras do Projeto de Assentamento Fruta D'anta; Grupo de Feirantes e Grupo de Horticultores da comunidade Santa Rita;
- b) Nordeste/Vale do Mucuri/Armicopa: Associação dos Pequenos Produtores de Misterioso (APPRM), Associação Solidariedade do Povoado de Limeira (Aspel), Associação Comunitária do Projeto de Assentamento Fazenda Aruega (Ascopafa) e Grupo de Mulheres da Padaria Comunitária, também do Projeto de Assentamento Aruega;
- c) Nordeste/Vale do Jequitinhonha/CAV: Associação dos Apicultores do Alto Vale do Jequitinhonha (Apivaje), Grupo de Trabalho (GT) Derivados da Cana, GT Agroindústria de Cana-de-açúcar da comunidade Morro Redondo e GT Feira.

Essas organizações atuam nas regiões desde, pelo menos, metade da década de 1990. Dedicam-se ao desenvolvimento rural, à busca de espaços para a participação política e, mais recentemente, fomentam a economia solidária. Cada uma delas, porém, tem características particulares, que se refletem em metodologias diferentes de trabalho e, conseqüentemente, na articulação de forças distintas para alcançar seus objetivos.

A Cáritas Diocesana de Paracatu é uma agência de origem católica que apóia comunidades e assenta-



Visita técnica de agricultores à lavoura comunitária



Beneficiamento de farinha em Minas Novas

mentos do Noroeste de Minas Gerais a partir de demandas que lhe são propostas, delimitando seu público-alvo dentro de especificidades sociais e religiosas. A Armicopa é uma federação que envolve 12 associações locais ou micro-territoriais de sete municípios dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e atua por meio das organizações comunitárias que compõem sua base, todas relacionadas à agricultura familiar. O CAV delimita política e espacialmente sua área de atuação ao conjunto de municípios onde atuam as organizações e sindicatos de trabalhadores rurais parceiros, adotando a estratégia de grupos de trabalho (GTs) formados de acordo com temas de interesse de seu público.

Todas essas organizações exercem um papel relevante na trajetória das famílias rurais ao estimularem pequenos projetos associativos comunitários, considerados pelas comunidades como um meio para realizar conquistas importantes: seja o equipamento de beneficiamento da mandioca ou a colocação da rapadura em mercados distantes, seja a geração de renda por meio do artesanato ou a melhoria da alimentação do rebanho. Os agricultores identificam, portanto, saldos positivos nessas

experiências coletivas e reconhecem a importância da atuação das organizações mediadoras para a obtenção desses resultados, sempre destacados como vitórias alcançadas na luta pela melhoria da vida.

No entanto, analisando de forma comparativa, percebe-se que os resultados alcançados pelas ações de organizações mediadoras e grupos locais dependem muito da metodologia de trabalho utilizada. Nos casos em que há contatos mais frequentes, em que se privilegia o debate e a tomada de decisões de forma coletiva e participativa, percebe-se maior segurança por parte dos agricultores, que enumeram tanto as vantagens e os resultados da experiência associativa da qual participam quanto os obstáculos enfrentados e as formas como foram superados. Mas eles enfatizam também, e com muito mais clareza, as dificuldades estruturais encontradas. Consta-se, portanto, que os projetos que favorecem a integração efetiva dos agricultores permitem que eles avaliem a trajetória da experiência e tracem novos caminhos, com a segurança de quem constrói um futuro em parceria. As experiências mais democráticas não resultam apenas em mais participação: trazem, igualmente, a corresponsabilização e uma análise muito lúcida dos limites e possibilidades efetivas do projeto.

O contrário costuma ocorrer quando os projetos são dirigidos e controlados mais pelas organizações mediadoras. Nesses casos, os participantes ficam contrangidos para avaliar a experiência e tendem quase sempre a considerá-la uma doação, algo externo à vida deles, que, portanto, merece pouco zelo e atenção. Assim, embora a atuação das organizações mediadoras se revele potencializadora das experiências associativas, ela pode, às vezes, não motivar realmente os agricultores. Isso acontece quando os projetos são pensados a partir de demandas que são estranhas aos grupos sociais locais, ou quando a ênfase da proposta recai exclusivamente sobre os benefícios materiais. Nesses casos, os pequenos projetos surgem de aportes oferecidos por editais que carregam consigo um quadro de requisitos pré-estabelecidos. E, então, questões como prazos, atividade principal, exigência de parâmetros de desempenho e de eficiência de gestão financeira se transformam em prioridades. Já o debate sobre objetivos comuns, a definição de normas de uso e outros aspectos, ao mesmo tempo subjetivos e operacionais para o grupo de agricultores, ficam em segundo plano.

Por isso os técnicos das organizações citadas neste artigo optaram por estabelecer um contato próximo com os agricultores. Ouvi-los e incentivá-los, principalmente no que diz respeito à formação política, é mais do que uma valorização do espírito associativo, é a própria garantia de que a organização

terá uma entrada privilegiada naquela comunidade por ser portadora de uma mensagem diferente, mais crítica e também mais parceira. Assim, à medida que os objetivos comuns vão sendo definidos, são criados métodos para alcançá-los. Foi dessa forma que surgiram os GTs assessorados pelo CAV, que obtiveram resultados consistentes em termos de abertura de mercados e aumento do número de participantes. Foi também por meio da participação e corresponsabilização que a Cáritas de Paracatu conseguiu superar a decepção de um grupo de agricultores quando a experiência de comercialização não alcançou os objetivos propostos.

Obstáculos comuns a pequenos projetos associativos

Ao analisar o conjunto das iniciativas de pequenos projetos podemos verificar que alguns problemas econômicos se repetem com grande frequência, constituindo quase um padrão: (a) a entrada no mercado fica impossibilitada pela competição com outros agentes econômicos e/ou por não alcançar economias de escala; (b) não se consegue a participação ampla e constante da comunidade, sempre limitada e conflituosa; (c) as rendas familiares não se elevam porque a inserção da associação nos mercados é ocasional; (d) os níveis técnicos que garantem qualidade aos produtos não são alcançados; (e) os benefícios ficam concentrados num grupo reduzido de famílias que controlam a associação; (f) há exigência constante de mais recursos para alcançar uma escala ótima; (g) o grupo alcança o equilíbrio na estagnação, pois não consegue melhorar a qualidade da produção e da entrada nos mercados e, ao mesmo tempo, não tem coragem de desistir da experiência, que já lhe custou tantos sacrifícios.

Foto: Rafael Chiodi



Capacitação de jovens agricultores da Associação Mineira de Escolas Família Agrícolas, Itaobim (MG)

Apesar de aparecem com grande frequência, esses problemas não estão exatamente relacionados ao caráter dos grupos, dos pequenos projetos, das organizações de mediação, nem da sua lógica própria de gerir os recursos. Os problemas com o sucesso econômico existem, mas são multiplicados pela perspectiva imposta pelo mercado e, às vezes, pela assessoria ao pequeno projeto econômico comunitário.

Outro modo de ver as coisas

Além do caráter propriamente econômico, as experiências conjuntas com pequenos projetos e grupos locais revelaram diversos aspectos positivos. Um primeiro aspecto diz respeito ao caráter não-paternalista desses projetos, que foram gestados e construídos na perspectiva de promoção humana, responsabilidade e solidariedade social dos beneficiários. Associado a isso, destaca-se o rigor no uso e aprendizado de controle dos recursos: o empenho na correta aplicação, na oferta de benefícios regrados, no controle coletivo dos investimentos e dos seus resultados. Outro ponto que se destacou como muito positivo foram os resultados subjetivos alcançados junto à população beneficiária, principalmente para as mulheres, no que diz respeito ao ganho em autoestima, na ampliação de espaços de atuação na comunidade, na família, na vida pública e nos mercados. Essas experiências favoreceram a criação de redes de sociabilização que extrapolaram a família e o doméstico. Nesse sentido, são a oportunidade para mulheres, que muitas vezes se dizem “esquecidas pelo mundo”, de dominarem códigos de novas condutas e de novas possibilidades.

Deve ser ressaltado também que essas organizações sempre colocam um pequeno volume de recursos nos projetos. Dessa forma, mesmo que o sucesso econômico não exista, seu custo é muito reduzido para a sociedade. É, afinal, o custo da experimentação e do aprendizado para o enfrentamento autônomo dos grandes problemas do grupo. Além disso, o pequeno volume dos recursos aplicados nos projetos diminui a distância entre os beneficiários e o projeto, torna mais fácil seu manuseio e

Foto: Marina Bustamante



Feira de produtos do artesanato do Jequitinhonha



Reunião de dirigentes de organizações de agricultores do Alto Jequitinhonha



Artesanato do Jequitinhonha

ensina as comunidades rurais a não quererem beneficiar, com poucos recursos, um número muito grande de pessoas. Poucos recursos também facilitam a repartição de benefícios, desestimulam o controle pessoal do projeto, incentivam o grupo a se empenhar no sucesso da iniciativa e favorecem o debate de ideias sobre objetivos e alternativas porque todos os participantes dominam o assunto. Assim, as comunidades rurais agregam novos valores aos ganhos, os quais, acreditava-se, deveriam ser apenas quantitativos.

Nesse sentido, os pequenos projetos de geração de renda, apesar de concebidos principalmente como projetos econômicos, precisam ser entendidos também como processos formativos, políticos, sociais, festivos, experimentais, distributivos – porque costumam distribuir principalmente esperança e cidadania. Mesmo que envolvam apenas recursos para uma lavoura comunitária, mesmo que sirvam apenas para consertar um triturador, mesmo que apenas transfiram recursos para um grupo de mulheres adquirir açúcar para fazer doces em conjunto. Esses projetos atingem resultados que as técnicas costumeiras de avaliação não conseguem captar, porque são baseadas em análise de custo-benefício, de retornos do capital investido, de aumentos de renda monetária, de nível de bem-estar material, de toneladas produzidas. Entretanto, quando restritos ao aspecto econômico, os grupos acabam aprendendo mais sobre os obstáculos do mercado que sobre técnicas de vendas; mais sobre as dificuldades do crédito que sobre suas potencialidades; mais sobre barreiras à entrada que sobre o caminho para as economias de escala. Ou seja, aprendem sobre as suas impossibilidades. Por isso, nos pequenos projetos econômicos, é comum criticar o que se vê e não perceber seu outro lado, oculto e valioso. Essa face oculta só aparece num olhar menos focado no

objetivo, mais voltado ao conjunto, à trajetória, à caminhada. Só então é que se enxerga além do imediatamente econômico. E esse aprendizado, quase sempre, é a porção mais rica desses projetos.

Por fim, é possível afirmar que os pequenos projetos de geração de renda atuam também, e talvez principalmente, sobre procedimentos, sobre mentalidades, sobre culturas e práticas. E isso tem efeitos inclusive sobre o econômico, embora não sejam imediatos nem possam ser medidos com facilidade. Assim, pequenos projetos são o experimentalismo possível no campo do econômico. Direcionam para o aprendizado conjunto e a prática solidária e, dessa forma, permitem que muitos grupos excluídos se apropriem de recursos materiais e simbólicos para organizar sua atuação no mundo, para consolidar seus caminhos e para construir novas causas, próprias e independentes.

Ana Paula Gomes de Melo

administradora, mestre do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar da Universidade Federal de Lavras (NPPJ/UFLA), professora da Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Bom Despacho (MG)
anamelo@unipacbombespachocom.br

Eduardo Magalhães Ribeiro

economista do NPPJ/UFLA, professor da UFLA, pesquisador do CNPq
eduardomr@ufla.br

Flávia Maria Galizoni

antropóloga, professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e do NPPJ/UFLA
flaviagalizoni@yahoo.com.br

Referências bibliográficas:

- BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R. M. A. (Org.). *20 anos de economia popular solidária: trajetória dos Pacs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- MELO, A. P. G de. *Agricultura familiar e economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- RIBEIRO, E.M. *Fé, produção e política – experiências associativas de camponeses de Minas Gerais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



Dona Irene e seu quintal

Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba

Sílvio Gomes de Almeida, Paulo Petersen,
Adriana Galvão Freire e Luciano Silveira

O Agreste da Paraíba é uma região ambientalmente heterogênea marcada por diferentes graus de semi-aridez, instabilidade climática e longos períodos de seca. Essas características ambientais incidem diretamente na composição de diversificados sistemas de produção que combinam policulturas com criações.

Embora a região apresente um predomínio quantitativo de unidades familiares, que correspondem a 95% dos estabelecimentos rurais (ou aproximadamente 14 mil unidades), elas ocupam somente 52% do território (IBGE: Censo 95/96). Com pouca disponibilidade de terra, as famílias são levadas a intensificar o uso do solo e

da vegetação, o que gera uma incapacidade de regeneração da fertilidade do ecossistema, alimentando, dessa forma, um círculo vicioso de insustentabilidade ambiental, econômica e social. Do total das unidades familiares presentes, 61% são consideradas como “quase sem renda” (IBGE, 1995), o que define um universo significativo de muita pobreza e exclusão social.

Desde 1993, a AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa mantém um programa voltado à promoção do desenvolvimento rural no Agreste da Paraíba em estreita articulação com organizações locais da agricultura familiar. O programa centra suas ações no estímulo à geração, adaptação e difusão de inovações técnicas e sócio-organizativas voltadas para a conversão agroecológica dos sistemas de produção. A hipótese que orienta o programa é a de que a superação do círculo vicioso de pobreza passa pela conversão agroecológica das propriedades de forma a permitir a conservação da base física e biológica dos ecossistemas, bem como o incremento da renda.

As ações do programa, que inicialmente atingiam poucas comunidades em três municípios, abrangem atualmente o conjunto de 16 municípios envolvendo 5 mil famílias agricultoras. Embora seja notável o aumento da escala geográfica e do alcance social do programa, sua evolução colocou para a AS-PTA e as organizações parceiras questionamentos sobre a capacidade das ações de inserirem as famílias mais empobrecidas nas dinâmicas de inovação agroecológica.

Para avaliar essa questão e dar pistas para o aprimoramento estratégico do programa, decidiu-se pela realização de um estudo específico em três comunidades situadas em área de forte concentração de ações do programa e de presença de número expressivo de famílias em situação de extrema pobreza. Este artigo apresenta as principais conclusões do estudo, realizado em 2002, lançando um olhar também sobre as evoluções mais significativas ocorridas desde então.

O estudo

Construindo o conceito de pobreza

O estudo iniciou-se por um debate que envolveu a assessoria, lideranças de agricultores e representantes comunitários da região, buscando aproximar e compartilhar as diferentes visões sobre o conceito de pobreza. O debate teve como referência situações concretas vivenciadas localmente e as distintas percepções sobre essa realidade. Esse esforço inicial permitiu traduzir as diversas concepções num conjunto organizado de características determinantes da pobreza e das privações que limitam o exercício e a expansão das capacidades individuais e coletivas.

Com esse enfoque, o estudo revelou que, nas condições locais, a pobreza se expressa em um conjunto de características: privação do acesso ou acesso precário à terra, à água e à biodiversidade; fome e insegurança alimentar; marginalização nas relações com os mercados; privação do acesso aos serviços básicos e aos benefícios das políticas públicas; dependência política e sujeição nas relações de trabalho; e não-inclusão nos processos locais de desenvolvimento.

A identificação dessas características que se combinam de variadas formas nos permitiu abordar objetivamente a pobreza como a expressão de um conjunto complexo e interdependente de dimensões. Em primeiro lugar, a pobreza não se restringe à dimensão econômica e à privação dos bens materiais que constituem sua expres-

são mais explícita. Ela envolve também uma dimensão política e cultural. Em segundo lugar, a pobreza se manifesta de forma irregular no tempo e no espaço. A ocorrência de períodos de seca, por exemplo, exacerba a pobreza e amplia o contingente de pobres, ocorrendo uma tendência ao nivelamento por baixo dos distintos níveis de pobreza. Ao mesmo tempo, ao tomar as famílias pobres como unidade de referência, não podemos desconsiderar a existência de níveis diferenciados de privações dentro dos núcleos familiares, que atingem de forma desigual homens, mulheres, jovens e idosos.

Quem são os mais pobres?

Os dados iniciais da realidade levantados e organizados levaram à identificação da privação do acesso à terra como o elemento estruturador do conjunto das privações que define a categoria das famílias mais pobres. São elas que apresentam maiores dificuldades para se integrarem às dinâmicas sociais locais de promoção da Agroecologia. Essa categoria é composta pelos sem-terra, pelas famílias com muito pouca terra e por aquelas que vivem em terras de parentes.

Outra forma de manifestação de privações sociais e materiais foi identificada no âmbito dos núcleos familiares. De forma quase indiferenciada entre as famílias da comunidade, são as mulheres e os jovens e, principalmente, as mulheres jovens, que se deparam com sérios bloqueios culturais para participarem dos processos decisórios sobre a gestão econômica das propriedades e se beneficiarem dos frutos do trabalho familiar em condições de igualdade com os homens adultos.

Formas de expressão da pobreza

O estudo identificou que a condição de mais pobre se expressa em quatro campos principais que representam obstáculos para o acesso às inovações e para a inclusão nos processos sociais de desenvolvimento: o acesso aos recursos materiais básicos, aos benefícios das políticas públicas, aos mercados e às organizações da sociedade civil.

No quadro das principais privações materiais, encontramos os obstáculos para o acesso à água, à alimentação, à renda e, sobretudo, à terra, fator decisivo. A exclusão da posse da terra ou as condições precárias de seu uso atingem 64% dos mais pobres. Essa situação adversa resultava no estabelecimento de relações de dependência econômica e política para o uso da terra de terceiros, o que tornava inviável ou desestimulava a incorporação de inovações voltadas para a estruturação progressiva dos sistemas agrícolas em termos técnicos e econômicos.

Além disso, quase 70% das famílias nas comunidades estudadas não dispunham de infra-estrutura própria de captação e armazenamento de água e eram obrigadas a recorrer a fontes externas, tanto comunitárias como privadas, freqüentemente situadas a grandes distâncias.

A insegurança alimentar, com eventuais períodos de fome, era outro componente permanente da vida dessas famílias. Submetidas a condições socioeconômicas, técnicas e ambientais de produção extremamente desfavoráveis e erráticas, elas não conseguiam prover autonomamente as suas necessidades de consumo entre as safras, nem mesmo dispor de sementes para o plantio no período subsequente.

Para assegurar uma renda mínima, os membros das famílias mais pobres buscam trabalho nas mais diversas atividades como diaristas, puxadores de agave, em serviços domésticos e outros. Além de incertas, essas ocupações não geram renda monetária fixa. Em alguns casos a renda dessas famílias é complementada por remessas de familiares que migraram, pela aposentadoria de algum membro ou pelo acesso a programas governamentais compensatórios.

O precário acesso aos mercados, seja para a venda de seus produtos ou para a compra de bens necessários, constitui outro campo de exclusão das famílias mais pobres. Não dispendo de recursos para o transporte, raramente participam das feiras, tendo que vender suas mercadorias ou se abastecer em condições desfavoráveis, sujeitando-se aos preços dos bodegueiros e atravessadores. O isolamento, a falta de recursos para colocar diretamente os produtos nas feiras, o desconhecimento dos preços, a urgência para vender a produção para o pagamento de dívidas fazem com que suas produções sejam sempre desvalorizadas. Mesmo nas poucas ocasiões em que comparecem às feiras, seus produtos, em pequena quantidade e expostos no chão, acabam desprezados pelos compradores.

Também no acesso aos benefícios das políticas públicas as famílias mais pobres são penalizadas. Nas comunidades estudadas, a educação formal, a saúde pública e os serviços de transporte eram precários. A merenda escolar sofria longas interrupções. Não havia programas de saneamento básico na zona rural. A rede de energia elétrica passava ao lado das casas e as famílias também não dispunham de condições para o pagamento desse serviço. Embora constituíssem um importante aporte de renda para um número razoável de famílias, os programas sociais do governo existentes na época (Bolsa Renda, Bolsa Escola e Vale Gás) eram irregulares e sujeitos a desvio de finalidade em função de relações clientelistas, deixando à margem grande parte de seu público-alvo, justamente os mais pobres. As modalidades de crédito oficial tam-



Forma tradicional de abastecimento de água

bém eram inadequadas às condições dos mais pobres. Além das dificuldades institucionais de acesso, quando concedido, o crédito transformava-se freqüentemente em instrumento de desestruturação e não de fortalecimento dos sistemas produtivos.

A fraca participação das famílias mais pobres em espaços de organização da sociedade também foi identificada como um fator agravante da exclusão social. Essa condição se reproduzia por duas razões principais: de um lado, pela existência de limitantes econômicos para o pagamento de transporte e para a compra de roupas mais cuidadas para ir às reuniões. De outro, pela ausência de propostas das organizações sociais dirigidas ao enfrentamento das questões específicas desse segmento.

Os aprendizados e os desdobramentos do estudo

Ao identificar as formas locais de manifestação da pobreza, o estudo permitiu desvelar estratégias de ação capazes de enfrentar os mecanismos de reprodução da exclusão sociocultural que atinge considerável parte da população rural. O primeiro e mais significativo ensinamento nesse sentido veio do reconhecimento de que, para contornar as privações a que estão submetidas, as famílias mais pobres implementam estratégias próprias de sobrevivência. Fortemente marcadas pela necessidade de garantir, no curto prazo, as condições mínimas de reprodução biológica, essas estratégias não chegam a romper o círculo vicioso da pobreza. Por outro lado, elas revelam as capacidades criativas dessas famílias de manejar, de forma individual ou coletiva, as limitadas margens de manobra que possuem para atenuar as manifestações mais agudas da pobreza.

Exemplo disso são os mecanismos de reciprocidade exercitados no cotidiano das comunidades, que funcionam como dispositivos atenuadores da privação extrema. Os mutirões, o empréstimo e/ou doação de sementes, água e alimentos são procedimentos locais que

permitem a redistribuição dos poucos recursos excedentes na comunidade em benefício dos mais pobres. Esses mecanismos perdem vigência nos anos de seca, quando os sistemas produtivos não são capazes de prover excedentes a serem socializados na comunidade. Nessas circunstâncias, a migração, ainda que temporária, é a principal alternativa que resta para os mais pobres.

Além dos mecanismos coletivos de resistência às privações extremas, manifestam-se estratégias individuais por meio das quais as famílias asseguram o acesso a recursos essenciais à sua reprodução. Essas estratégias operam através de diversificadas modalidades de parcerias desiguais, como a cessão de áreas de cultivo em troca de trabalho, meações, compensações, créditos informais para compra de alimentos, entre outras. Elas se confundem muitas vezes com a manutenção de relações de sujeição e dependência econômica e política estabelecidas com proprietários de terra, comerciantes e políticos locais e, ao mesmo tempo, demonstram a baixa capacidade desse segmento mais empobrecido para desvincular suas formas de sobrevivência dos mecanismos reprodutores de sua pobreza.

Ao trazer à luz essas estratégias de sobrevivência, o estudo chamou a atenção para a necessidade de reorientar propostas e metodologias do programa de forma a potencializar as capacidades de iniciativa espontânea dos setores mais pobres para acessar e manejar recursos produtivos autonomamente. De fato, essa necessidade de reorientação estratégica foi confirmada pela análise dos impactos das ações anteriores do programa sobre a realidade dos mais pobres nas três co-



Mutirão para reforma de barreiro

munidades estudadas. Embora houvesse alto nível de participação das famílias mais pobres nos bancos de sementes comunitários (69% dos sem-terra, 58% dos moradores em casa de parentes e 48% dos proprietários com muito pouca terra), ocorria limitada integração dessas mesmas famílias nos fundos rotativos solidários destinados ao financiamento de infra-estruturas hídricas para o abastecimento doméstico. Além disso, ainda que muitas vezes correspondessem às suas demandas e carências, outras propostas inovadoras também não foram incorporadas por essas famílias pelo fato de não serem adequadas às suas condições precárias de posse da terra. Entre essas inovações, destacam-se a rearborização dos sistemas produtivos, o aprimoramento do sistema pecuário, a construção de instalações, as práticas de fertilização orgânica dos solos, etc.

Caminhos para o empoderamento dos mais pobres

Após cinco anos da realização do estudo nas três comunidades, as condições de vida das famílias mais pobres sinalizam mudanças significativas que, em essência, revelam a instauração de trajetórias de ruptura com o círculo vicioso da pobreza, resultantes de dois fatores combinados: de um lado, os métodos de ação do programa foram ajustados de forma a estimular a interação das famílias mais pobres nas dinâmicas locais de inovação agroecológica, possibilitando melhores condições para que elas se apropriassem de propostas inovadoras amadurecidas localmente. De outro, o maior envolvimento dessas famílias nos processos comunitários criou condições propícias para que elas pudessem tirar partido das políticas governamentais, sobretudo aquelas voltadas para garantir o acesso e o uso autônomo da terra.

Entre os ajustes nos métodos do programa, destacam-se:

- Diversificação dos itens financiáveis pelos Fundos Rotativos Solidários (FRS): até 2002, os FRS eram



Mutirão para plantio de roçado

exclusivamente orientados para o financiamento de cisternas para estocagem de água de uso doméstico. Desde então, passaram a financiar outros itens, como esterco, pequenos animais, telas para a confecção de cercas para a contenção de pequenos criatórios, embalagens para a comercialização de produtos, entre outros.

- Diversificação e melhoramento de infra-estruturas hídricas para captação e armazenamento de água para uso doméstico e na agricultura: essa iniciativa foi desencadeada pela revitalização dos mutirões comunitários a partir da ação da Catequese Familiar, grupo pastoral com forte atuação local. Destaca-se também a implantação da técnica das bombas populares destinadas à captação de água de poços para o consumo animal. Essa inovação possibilitou que os mais pobres não sejam obrigados a vender seus animais nos períodos de seca.
- Melhoria dos arredores de casa: iniciativa também polarizada pela Catequese Familiar e voltada para a intensificação produtiva dos quintais domésticos. Ao mesmo tempo em que vem impactando positivamente as condições de segurança alimentar das famílias mais pobres, essa linha de ação tem criado um ambiente social favorável ao empoderamento das mulheres, que nesses espaços têm seus trabalhos socialmente reconhecidos.

Um grupo de 30 famílias sem-terra residentes nas três comunidades estudadas se organizou para se beneficiar de programa do governo federal de acesso a terra. Ao romper com o principal limitante para o ingresso nas dinâmicas comunitárias de inovação agroecológica, essas famílias lograram mudanças qualitativas de grande alcance em suas condições de vida e trabalho, bem como em sua inserção social. Tendo constituído um assentamento que assegurou a posse de 17 hectares para cada família, além de uma área comunitária de cinco hectares, essas famílias puderam se apropriar do leque mais amplo de inovações promovidas pelo programa, rompendo com a marginalização a que estavam até então confrontadas. Passaram assim a gerir seus próprios sistemas produtivos geradores de renda e de segurança alimentar e hídrica, e puderam se desvincular das relações de subordinação política e econômica com os latifundiários em cujas terras habitavam em troca de trabalho. Ao mesmo tempo, elas começaram a participar dos eventos de formação do programa, buscando incorporar progressivamente novos conhecimentos técnicos e se inserir nas organizações da agricultura familiar da região. Em 2007, por ocasião do Dia Mundial da Água, essas famílias sediaram um evento de âmbito regional, no qual puderam apresentar para agricultores de vários municípios suas experiências familiares e coletivas de gestão de recursos hídricos.

Lições e desafios

A realização do estudo e os seus desdobramentos chamam a atenção para dois desafios recorrentes colocados para programas de desenvolvimento rural:

- 1 – Identificar as estratégias de sobrevivência fundadas em mecanismos de reciprocidade e na valorização dos recursos locais em comunidades rurais pobres e, a partir disso, adotar enfoques de desenvolvimento rural que potencializem essas estratégias. Nesse sentido, constatamos que o enfoque agroecológico foi capaz de impulsionar processos sociais que permitiram a tradução dessas estratégias de sobrevivência em um projeto coletivo de desenvolvimento local ao atuar em diversas frentes para superar o círculo vicioso da pobreza que mantém um contingente significativo de famílias excluído dos benefícios da produção social de riquezas e da vida cultural.
- 2 – Estimular a capacidade das famílias agricultoras mais pobres para construir seus próprios projetos de inserção social, condição essencial para que elas tirem partido das políticas públicas como instrumentos de superação das amarras que as prendem aos mecanismos sociais de reprodução da pobreza. As políticas de caráter assistencialista são ineficazes para romper essas amarras, em que pese o fato de serem necessárias para o enfrentamento de situações de emergência social. As políticas de desenvolvimento econômico têm igualmente se mostrado incapazes de romper com os ciclos de pobreza, na medida em que são formatadas segundo uma concepção técnica e econômica que não se adequa às vivências e expectativas das famílias mais pobres. Portanto, para serem efetivas na inclusão das populações rurais que vivenciam a pobreza extrema nos processos de desenvolvimento, essas políticas públicas devem ser capazes de promover a integração das dimensões sociocultural e econômica por meio de enfoques que assegurem o empoderamento desses atores marginalizados nas dinâmicas sociais.

Sílvio Gomes de Almeida
diretor executivo da AS-PTA
silvio@aspta.org.br

Paulo Petersen
diretor executivo da AS-PTA
paulo@aspta.org.br

Adriana Galvão Freire
assessora técnica da AS-PTA
adriana@aspta.org.br

Luciano Silveira
coordenador do Programa de Desenvolvimento Local
do Agreste da Paraíba da AS-PTA
luciano@aspta.org.br

Combate à pobreza rural e sustentabilidade no semiárido nordestino: a experiência do projeto Dom Helder Camara¹

Pablo Sidersky, Felipe Jalfim e Espedito Rufino

O período colonial deu início às políticas públicas para o meio rural brasileiro, com a marca da exclusão social e orientação para o apoio às lavouras senhoriais, sendo o melhor exemplo disso o cultivo da cana-de-açúcar. Em meados dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e a partir do clamor popular, a pobreza no meio rural entrou no rol das pautas dos governos. Data dessa época a primeira geração de políticas que tinham como objetivo a diminuição da pobreza, como o Programa de Apoio à Pequena Produção (PAPP), uma iniciativa que contou com o financiamento do Governo Federal e do Banco Mundial. No entanto, apesar de o discurso desses programas fazer referência à necessidade de participação das populações-alvo, eles tiveram pouco êxito na empreitada de reduzir a pobreza no meio rural.

No final dos anos 1990, depois de ampla pressão dos movimentos sindicais e sociais do campo, foi institucionalizado o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), no qual se destaca a concessão de crédito². Depois de 2000, outras iniciativas importantes vieram se somar ao Pronaf. Apesar do advento desses novos programas, nas regiões mais pobres (como o Norte e o Nordeste), foi constatado que as famílias continuavam numa situação praticamente idêntica àquela do passado. Estudos realizados sobre o Pronaf indicaram que muitas dessas famílias não tinham acesso às políticas em questão. Em outros casos, o acesso acontecia, mas os resultados eram deficientes (MDA/FAO/UFSM, 2004).

Foi nesse contexto que o Projeto Dom Helder Camara (PDHC) se iniciou. O projeto nasce como uma das respostas governamentais à ampla e histórica mobilização dos movimentos sindicais e sociais, ONGs, Igrejas, especialmente da região semiárida nordestina, por ações permanentes para o desenvolvimento da agricultura familiar dessa região. Este texto apresenta a forma de

¹Projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT), a partir de um acordo de empréstimo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), cuja missão é a de criar referenciais para as políticas públicas de combate à pobreza em áreas de agricultura familiar e reforma agrária na região semiárida nordestina.

²Um marco dessa mobilização ocorreu durante a grande seca de 1993. Naquele ano, o Movimento Sindical dos(as) Trabalhadores(as) Rurais do Nordeste ocupou a sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e manteve uma dura negociação com o Governo Federal para que houvesse uma transição das Frentes de Emergência para a adoção de Programas Permanentes de Convivência com o Semiárido. Desse evento nasceu o Fórum Pernambucano de Enfrentamento aos Efeitos da Seca (Fórum Seca), o qual foi fonte de inspiração para o surgimento de várias outras articulações estaduais sobre o tema, culminando em 1999 com a fundação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil).

atuar do Projeto Dom Helder, tomando como ilustração a sua interação e os seus efeitos sobre a trajetória dos agroecossistemas do assentamento Moacir Lucena, localizado no município do Apodi, semiárido do Rio Grande do Norte. Nas conclusões, resgatamos algumas lições, buscando identificar elementos centrais para a elaboração de políticas que tenham uma real contribuição para a superação da pobreza rural, pautados na perspectiva agroecológica.

Os agroecossistemas no assentamento Moacir Lucena

Em termos gerais, o desenho dos agroecossistemas de gestão familiar do assentamento Moacir Lucena segue o formato tradicional da região, que comporta a combinação de culturas anuais (os roçados) com criação animal. Agregam-se a isso um pomar de caju de um hectare, além de um quintal onde se encontram algumas fruteiras e as criações características desse espaço (principalmente aves). Porém, com suas parcelas de 20 hectares, mais o pomar de caju e o roçado na área coletiva, esses sistemas demonstram ser pequenos para o semiárido. Como tantas outras famílias da região, os assentados de Moacir Lucena estão confrontados pela necessidade de intensificar a produção vegetal e animal. Assim, eles buscam diversas inovações para reforçar a produção global, sem perder de vista a sustentabilidade ambiental. Vejamos a seguir com mais detalhes como se dá essa busca por inovações.

As mudanças no roçado

A principal novidade dos roçados se refere a sua integração com a criação animal. Atualmente a maior parte do milho e todo o sorgo são plantados com o objetivo de fornecer ração para os animais, que é quase toda armazenada na forma de silagem e feno. Essa opção por plantar para produzir ração representa uma diferença importante em relação ao roçado tradicional. Embora a pa-

lha do milho sempre tenha sido usada como alimentação para os animais, esse nunca havia sido o objetivo central. Por outro lado, a prática de plantar para produzir ração mudou também a forma com que essas culturas são usadas. Antes o restolho era pastejado diretamente pelos animais, e agora o milho e o sorgo são colhidos e armazenados, sendo fornecidos aos animais no cocho. Essa mudança no foco do roçado foi fruto de intercâmbios entre agricultores de Moacir Lucena e as Unidades Demonstrativas (UDs) de criação de caprinos implantadas em outros assentamentos do território do Apodi com o apoio do projeto Dom Helder (Quadro 1).

A volta do algodão

Nos anos 1980, o bicudo-do-algodoeiro pareceu dar o tiro de misericórdia numa cultura que foi durante muito tempo a principal fonte de renda dos sertões nordestinos. No final do século passado, o algodão estava praticamente extinto em toda a região. Na região do Apodi não foi diferente. Mas a situação em Moacir Lucena contradiz esse quadro, já que metade da área cultivada no assentamento (60 hectares) é ocupada pelo plantio do algodão.

Segundo explicação de um assentado: “Assim como é necessário aprender a conviver com o semiárido em lugar de lutar contra a seca, também é necessário aprender a conviver com o bicudo.” O segredo que está permitindo essa convivência se baseia em duas estratégias: no plantio na mesma data por todos os agricultores que plantam algodão; e no plantio precoce, após as primeiras chuvas. Essas duas técnicas, em uso há três anos, têm conseguido estabelecer a convivência com o bicudo, garantindo uma colheita e uma renda muito bem-vinda.

O reforço da criação animal

A novidade na criação de animais em Moacir Lucena é o fato de que parte da produção de leite de cabra vem sendo comercializada in natura para uma

Quadro 1. Projetos de UD's e Fisp como instrumentos de aprendizagem

A Unidade Demonstrativa (UD) é um espaço de experimentação de propostas técnicas e/ou organizativas promissoras para a solução de problemas e/ou para o melhor aproveitamento de potencialidades (PDHC, 2004). Sendo necessário, o PDHC pode financiar essa experimentação, que é desenhada pelas famílias em parceria com a Assessoria Técnica por meio da formulação de um projeto.

O Fundo de Investimento Social e Produtivo (Fisp) é um fundo de financiamento de projetos administrado pelo PDHC. Ele tem o propósito de efetuar investimentos, não-reembolsáveis, visando melhorar as condições de vida das famílias atendidas pelo PDHC. São investimentos de pequena monta de infraestrutura social e produtiva focados no aprendizado de elaboração e gestão participativa de projetos.

Quadro 2. Fortalecendo a criação de cabras leiteiras via projeto Fisp

O Fisp das mulheres financiou 60 matrizes e cinco reprodutores. A idéia principal nesse caso foi buscar a melhoria da aptidão leiteira do rebanho. O segundo Fisp financiou uma unidade de beneficiamento de diversos produtos (que incluem leite, principal-

mente de cabra, e polpa de fruta). Esse projeto também permitiu a compra de mais 40 matrizes caprinas. A compra dos animais dos projetos Fisp provocou uma intensa mobilização das famílias desde a elaboração do projeto até a implantação.

empresa local. Além disso, o rebanho caprino disponibiliza carne e leite para o autoconsumo, assim como para venda na vizinhança e na feira local. Mas o assentamento planejou também a implantação de uma unidade de beneficiamento do leite para fabricação de queijo (tipo coalho e ricota) e doce de leite (Quadro 2). Agora as famílias já pensam em como melhorar essa unidade para conseguir a certificação de inspeção, pelo menos, municipal.

Aprendendo a manejar a caatinga de forma diferente

Tradicionalmente, a caatinga não é manejada, no sentido mais estrito da palavra. Ela é pastoreada pelos animais em sua forma natural, é derrubada para abrir a área para o roçado, e depois a capoeira é usada como fonte de forragem para os animais. Uma das iniciativas inovadoras que aconteceram nesse assentamento foi a instalação de uma Unidade Demonstrativa de manejo de caatinga. Essa UD, implantada no lote de um assentado, já tem cerca de quatro anos de idade. Inicialmente, foram feitas as principais ações de manejo – o raleamento e o rebaixamento – em um hectare de caatinga. Além dessas ações, vale ressaltar que o agricultor em cuja parcela foi instalada a experiência tem muito cuidado com o uso da área. Ele só permite a entrada de animais a partir do terceiro ano. Por isso ele tem uma cerca que separa a área manejada mais antiga das mais recentes.

Pouco a pouco, o dono da parcela expandiu a área para cerca de quatro hectares. Ao manejo inicial ele acrescentou o enriquecimento, plantando espécies mais desejadas (cajarana, sabiá, aroeira, cunhã, etc). A forma de implantação foi evoluindo com o tempo: enquanto que a primeira área foi integralmente manejada, nas subseqüentes o agricultor fez o manejo por faixas, deixando áreas de caatinga sem manejar entre as áreas manejadas.

O assentado que assumiu a UD, um verdadeiro entusiasta dessa forma de manejo da caatinga, aponta vários resultados interessantes. Em primeiro lugar, tem a recuperação da caatinga e, ao mesmo tempo, um significativo incremento na produção de forragem. O segundo resultado importante é o pasto apícola, que é aproveitado pela criação de abelhas que o agricultor mantém nessa área. Por último, ele destacou um terceiro produto que também vai ser uma fonte de renda: a madeira (pau branco e estacas de sabiá). Embora vários desses resultados sejam relevantes e tenham significado um acréscimo na produção e na renda familiar, o que mais chama a atenção dessa experiência é que ela não ficou restrita à propriedade da família do experimentador. Atualmente, das 20 parcelas familiares do assentamento, 18 têm uma área de caatinga manejada.

A apicultura

Essa atividade não era tradicional na região, mas se iniciou no assentamento com os primeiros proje-

Fotos: Arquivo PDHC



Parcela de manejo da caatinga de agricultor-experimentador



Apiário familiar dentro de uma área de caatinga manejada

tos Pronaf A, por meio da introdução de 10 caixas de abelhas e uma casa do mel. Além de contar com assessoria técnica permanente, as famílias do assentamento participaram de uma capacitação e de visitas de intercâmbio sobre o assunto (promovidas no âmbito do Projeto Dom Helder), o que certamente teve um papel importante na consolidação dessa atividade no local. Atualmente, todas as famílias assentadas têm caixas de abelhas. As que têm menos possuem 20 caixas, mas algumas têm até 100 caixas. A apicultura tem permitido a obtenção de uma renda interessante, com um custo pequeno.

As lições sugeridas pelo caso apresentado

Os resultados: a consolidação do assentamento

Na entrada do novo milênio, o Assentamento Moacir Lucena estava engatinhando, e as famílias sobreviviam com dificuldade. Hoje, as famílias assentadas expressam com clareza um sentimento de satisfação. De lá para cá, elas tiveram acesso a uma moradia e a infraestruturas de captação e armazenamento de água. A organização local se fortaleceu. Mas cabe assinalar também que, durante esse período, foram implantadas vinte unidades familiares bastante produtivas que, ao mesmo tempo, buscam conservar a base de recursos da qual dependem.

O que chama a atenção no assentamento é que a consolidação dos agroecossistemas de gestão fami-



O que chama a atenção no assentamento é que a consolidação dos agroecossistemas de gestão familiar não está se dando prioritariamente pela introdução de novos componentes, mas sim pela evolução de um agroecossistema que poderíamos chamar de tradicional.

liar não está se dando prioritariamente pela introdução de novos componentes, mas sim pela evolução de um agroecossistema que poderíamos chamar de tradicional. Observa-se que a criação de caprinos é o carro chefe da agricultura tradicional na região, mas em Moacir Lucena houve um conjunto de inovações nessa atividade que a potencializaram, tais como: o melhoramento genético do rebanho; mudanças na produção de ração, com a introdução da silagem e o feno; aprimoramento do manejo da caatinga, que permite aumentar a produção de forragem e, ao mesmo tempo, conservar a própria caatinga. Esta última inovação favoreceu ainda a difusão de uma atividade produtiva nova integrada à caatinga: a apicultura. Finalmente, com a implantação da unidade de beneficia-



Cabras leiteiras do assentamento Moacir Lucena

mento do leite, a comunidade busca agregar mais valor ao seu principal produto.

Embora ainda existam desafios a serem superados, não há dúvida de que esses agroecossistemas tradicionais estão num processo de evolução bastante forte, no sentido de fazer crescer produção e renda. Ao mesmo tempo, essas mudanças buscam não somente manter, mas também aprimorar a base de recursos naturais. O Assentamento Moacir Lucena pode ser visto, portanto, como exemplo, em se tratando da construção de meios de vida mais sustentáveis para um conjunto de famílias do semiárido brasileiro. É justamente por isso que interessa identificar quais foram os fatores que explicam essa trajetória positiva.

Os fatores que ajudaram

Não há dúvida de que a história desse assentamento é, em primeiro lugar, a história de um grupo de famílias corajosas e decididas. Elas são originárias do lugar, sendo “praticamente uma família só”, nas palavras de um assentado. O processo de ocupação da fazenda permitiu o surgimento de uma organização local que perdura e que potencializa a iniciativa das famílias.

No início da vida produtiva do assentamento, também foi fundamental o aporte de outras iniciativas, como os recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, em menor medida, do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que permitiram montar a infraestrutura social (moradia, água, etc.). O crédito do Pronaf A também teve um papel importante na estruturação dos sistemas produtivos (cercas, rebanho, pomar de caju, apiário, etc.). Cabe mencionar ainda os projetos Fisp, financiados pelo Projeto Dom Helder, que foram responsáveis pela ampliação dos rebanhos, pela instalação de uma unidade de beneficiamento de leite e por investimentos no campo do lazer comunitário (quadra de esportes).

Entretanto, outros assentamentos recebem recursos de diversas fontes, seja para investimento em moradia ou em atividades produtivas, mas não tiveram uma trajetória bem-sucedida. Em Moacir Lucena, além das características do grupo já mencionadas, existe uma Assessoria Técnica Permanente (ATP) dotada de um conjunto de

instrumentos de aprendizagem e balizada por uma perspectiva agroecológica e por uma estratégia de desenvolvimento territorial, interagindo com as famílias.³

As principais características do Projeto Dom Helder Camara

Partindo da constatação de que a pobreza tem várias dimensões e, portanto, que a solução da mesma não se dá apenas com um incremento da produção agropecuária, o PDHC busca superar o viés da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) convencional. Para tanto, define o escopo do seu trabalho de forma abrangente: a assessoria técnica deve trabalhar não somente com o tema da produção, mas deve dar atenção também às várias dimensões da vida das famílias assentadas, tais como o fortalecimento das organizações, o acesso às políticas públicas, além da promoção de uma maior igualdade de gênero e protagonismo da juventude.

Além de propor uma assessoria de espectro amplo, o Projeto Dom Helder busca inovar no que se refere aos métodos de trabalho, ao favorecer uma abordagem participativa no planejamento das atividades, garantindo assim uma maior compreensão dos anseios das famílias. Esse enfoque metodológico é complementado pela utilização de ferramentas adequadas, tais como as Unidades Demonstrativas (PDHC, 2004), os projetos Fisp e os intercâmbios entre agricultores.

Cabe destacar que, em lugar de buscar promover a modernização dos agroecossistemas de gestão familiar com base principalmente na matriz técnica clássica da Revolução Verde, o Projeto Dom Helder se apóia na Agroecologia para sugerir inovações que sejam mais produtivas em termos econômicos e ao mesmo tempo mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental.

A estratégia de assessoria técnica prevê que ela esteja presente assiduamente nas comunidades e assentamentos. Mas como o Projeto Dom Helder não atua diretamente nas comunidades, ele contrata organizações chamadas de Parceiras de ATP para fazer isso. Em geral, tratam-se de ONGs ou cooperativas de técnicos, que se comprometem então a ter equipes que prestam assessoria técnica nos assentamentos e comunidades. Para reforçar o trabalho dessas entidades, o Projeto Dom Helder dispõe de técnicos(as) com perfil de especialistas com atuação territorial (por exemplo: especialista em cajucultura, gênero ou geração), os quais atuam em suas espe-

³É evidente que nem todas as comunidades e assentamentos envolvidos com o Projeto Dom Helder têm obtido os mesmos resultados que Moacir Lucena. Mas a experiência desse assentamento serve para mostrar o potencial que tem o enfoque adotado pelo projeto. Nesse sentido, trata-se de um exemplo muito comum de ser encontrado no âmbito de atuação do PDHC, estando longe de ser uma exceção ou fazer parte de uma minoria de casos bem-sucedidos.

cificidades de conhecimentos de forma planejada e integrada com os(as) técnicos(as) de ATP de perfil mais eclético, de assessoria geral às famílias.⁴ Além disso, o Projeto Dom Helder estimula e apóia os movimentos sindical e social a formarem grupos de Mobilizadores Sociais, que atuam de forma integrada aos outros atores mencionados, porém, com uma contribuição específica na organização social das famílias e no controle social dos serviços de ATP que são prestados pelas entidades contratadas. A estratégia, portanto, consiste em atuar em um território com uma equipe de especialistas trabalhando em colaboração com as equipes locais de ATP e os Mobilizadores Sociais.

A atuação do PDHC em Moacir Lucena

A Parceira de ATP que trabalha em Moacir Lucena é a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural (Coopervida)⁵. O Projeto Dom Helder estabeleceu com ela um contrato que tem como referências o marco teórico-metodológico e a estratégia do projeto, que refletem a própria experiência acumulada da entidade. A parceria que tem se formado entre os técnicos e as famílias do assentamento no desenho de novos sistemas produtivos mais sustentáveis tem sido importante para a experimentação e a adaptação da proposta de manejo de caatinga. A assessoria também favoreceu a difusão da apicultura, a melhoria do rebanho, etc. O enfoque agroecológico orientou o desenho dos novos sistemas produtivos, ao promover um melhor aproveitamento e preservação dos recursos da caatinga. A Agroecologia também orienta tecnicamente a retomada do plantio do algodão em consórcio com espécies alimentares.

Essas experimentações, que tanto ajudaram a modelar os agroecossistemas e os espaços coletivos de produção, foram cruciais para a elaboração de projetos de crédito do Pronaf A, Pronaf Infraestrutura e, mais recentemente, dos projetos Fisp. Portanto, os projetos de crédito, que em muitos assentamentos são mais um problema, em Moacir Lucena desempenharam um papel importante na consolidação das unidades familiares e das ações coletivas do assentamento.

⁴Os(as) especialistas devem ter a Agroecologia como paradigma técnico/científico. Ou seja, sua atuação deve ser orientada a partir de todos os conceitos e metodologias apresentados neste artigo.

⁵A Coopervida é uma cooperativa de técnicos, com sede em Mossoró (RN), fundada em 1999. Desde então, vem prestando assessoria técnica a assentamentos da Reforma Agrária. Atualmente, assessora diretamente 220 famílias assentadas nos municípios do Sertão do Apodi.

Para terminar

A experiência do Projeto Dom Helder tem demonstrado que a superação da pobreza rural no semiárido brasileiro passa por uma abordagem conceitual holística e sistêmica da agricultura familiar, rompendo com a tradicional abordagem compartimentalizada da realidade rural. Para tanto, é necessário que os programas e projetos, por um lado, sejam direcionados aos anseios, potencialidades e projetos de vida das famílias e suas comunidades e, por outro, considerem a multidimensionalidade da pobreza rural. Interagir com esses vários aspectos significa, portanto, avançar no conceito e na prática de uma assessoria técnica às famílias que de fato as faça desenvolver uma maior capacidade de encontrar soluções para os problemas que estão ao seu alcance direto. Esse enfoque também busca ampliar o fortalecimento organizacional nos diversos níveis (local, municipal, territorial, estadual e nacional) para a elaboração e acesso, cada vez maior e melhor, às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil.

Por fim, cumpre ressaltar que a aplicação do enfoque agroecológico em programas governamentais de superação da pobreza rural, com ênfase na valorização do saber popular, na troca de conhecimentos e nas metodologias participativas, é algo novo, ainda em construção. Exige a quebra de velhos paradigmas e muito investimento em formação de quadros com outra concepção de desenvolvimento e novas formas de compreender os processos que levam às transformações socioeconômicas, políticas e ambientais no meio rural. Exige ainda um repensar do tempo de vida necessário a um programa de superação da pobreza rural, que considere os tempos de resposta dos agroecossistemas, das famílias e comunidades envolvidas no programa.

Pablo Sidersky

*economista, mestre em Sociologia Rural
pablo@incra.gov.br*

Felipe Jalfim

*veterinário, mestre em Agroecologia
fjalfim@dom.gov.br*

Espedito Rufino

*economista, doutor em Economia do Desenvolvimento
espedito@dom.gov.br*

Referências bibliográficas:

MDA/FAO/UFSM. *Perfil dos serviços de Ater no Brasil: análise crítica de relatórios*. Brasília: MDA; FAO; UFSM, 2004. 102 p.

PDHC. *Questões relacionadas à implantação de Unidades Demonstrativas no PDHC - Orientações para 2004*. Recife: PDHC, 2004.

Superando a pobreza rural a partir das riquezas nativas: a experiência da Cooperativa Grande Sertão

Igor S.H. de Carvalho

A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão surgiu a partir do trabalho do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) que, desde meados da década de 1980, vem atuando em prol da organização, politização e conquista dos direitos do camponato norte-mineiro. Dada a necessidade de se encontrar alternativas produtivas que, enraizadas nos agroecossistemas tradicionais da região, promovessem inclusão social, geração de renda e conservação dos recursos naturais, iniciou-se, em 1995, a produção de polpas de frutas congeladas que culminou na criação da Grande Sertão.

De lá pra cá, mais de duas mil famílias já se beneficiaram diretamente com a comercialização de polpas de frutas, mel, derivados da cana e outros produtos da agricultura sertaneja. Essas famílias estão espalhadas por cerca de 350 comunidades rurais de 26 municípios. Os recursos financeiros gerados são bastante significativos, uma vez que as comunidades são de baixa renda. Contudo, o principal diferencial da geração de renda pro-



Foto: Igor de Carvalho

Extrativistas mostram o coquinho azedo

movida pela Grande Sertão é que ela se origina nas próprias estratégias de segurança alimentar e reprodução social dos camponeses, refletidas na grande diversidade e autenticidade de seus produtos. Além disso, ela se baseia em métodos produtivos que não dependem do emprego de insumos químicos e que promovem a proteção e a recuperação dos ecossistemas. Alguns resultados concretos desse trabalho são analisados neste artigo.

As frutas e os frutos da Cooperativa Grande Sertão

Sustentabilidade ambiental

Vivemos atualmente um período de crise ecológica, no qual os bens naturais estão cada vez mais escassos, degradados e poluídos. Nos anos recentes, têm sido dadas demonstrações irrefutáveis da insustentabilidade do modelo de exploração da natureza pratica-

Quadro 1. Frutas comercializadas pela Cooperativa Grande Sertão

	Nome popular	Nome científico
Nativas	Araçá	<i>Psidium araca</i> Raddi
	Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i> DC.
	Coquinho-azedo ou coco-butiá	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Beccari
	Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gómez
	Maracujás nativos	<i>Passiflora</i> spp.
	Panã ou araticum	<i>Annona crassiflora</i> Mart.
	Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb.
Exóticas	Umbu	<i>Spondias tuberosa</i> (L.) Arr.Cam.
	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.
	Acerola	<i>Malpighia emarginata</i> DC.
	Cajá	<i>Spondias mombin</i> L.
	Caju	<i>Anarcadium occidentale</i> L.
	Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
	Jabuticaba	<i>Myrciaria cauliflora</i> (DC.) O.Berg.
	Manga	<i>Mangifera indica</i> J.König
	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims
	Seriguela	<i>Spondias purpurea</i> L.
	Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.

do pela nossa civilização. Uma delas, em especial, vem ganhando destaque: o aquecimento global. A fixação de carbono atmosférico é a principal forma de combater a causa desse aquecimento, mas para realizar isso é necessário plantar árvores e proteger as que já existem.

A partir do momento em que frutas, nativas ou dos quintais dos agricultores, adquirem um maior valor e passam a ser comercializadas em maior escala, suas árvores passam a ser mais protegidas e reproduzidas. É isso que vem sendo verificado em diversas comunidades ligadas ao trabalho da Grande Sertão (Carvalho, 2007). Em locais como o Assentamento Americana, município de Grão Mogol, a comunidade de Abóboras, em Montes Claros, ou ainda em Vereda Funda, em Rio Pardo de Minas, milhares de mudas e sementes de espécies nativas foram plantadas e já estão fixando toneladas de carbono, além de estarem contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade. Essa é uma tendência crescente em todas as comunidades que têm, na venda de frutas à Cooperativa, uma fonte de renda.

Uma outra contribuição à sustentabilidade ambiental é a preservação das áreas de vegetação nativa remanescente. Com a valorização dos frutos do Cerrado e da Caatinga, seus ecossistemas vêm sendo protegidos pelas comunidades ligadas à Grande Sertão de diferentes formas: pela atuação junto aos proprietários de áreas de coleta; pela denúncia de desmatamentos ilegais; pelo combate ao fogo; e, principalmente, por meio da luta pela reconquista dos territórios tradicionais expropriados nas últimas décadas (Mazzetto, 1999). Comunidades como

Roça do Mato, em Montezuma, e o Assentamento Tapera, em Riacho dos Machados, vêm batalhando pela criação de Reservas Extrativistas em suas localidades, tendo como principal argumento a atividade extrativista que fazem nas áreas há séculos.

É importante ainda ressaltar a grande biodiversidade envolvida na produção da cooperativa. São 17 variedades de frutas utilizadas para a fabricação de polpas congeladas, sendo sete espécies nativas e dez exóticas.¹ Há ainda o pequi, fruto símbolo do Cerrado, utilizado para a produção de óleo e polpa envasada. O Quadro 1 mostra todas as espécies comercializadas pela Grande Sertão.

Conquista de mercados

Desde 2004, o principal destino dos produtos da Grande Sertão é o mercado institucional: escolas, creches, hospitais, restaurantes populares. Cerca de 80% da produção recente da cooperativa foi absorvida por esse mercado, seja via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)² ou pela negociação direta com prefeituras. Conforme Santos & Santa Rosa (2005):

Às escolas e demais consumidores, a cooperativa oferece alimentos de qualidade em substituição àqueles com forte teor de insumos quí-

¹ Mesmo as espécies exóticas utilizadas estão plenamente adaptadas aos ecossistemas nativos, visto que são cultivadas em sistemas biodiversos e em geral são variedades selecionadas pelos agricultores ao longo de gerações.

² O PAA é uma política do governo federal coordenada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).



Produtos da Cooperativa Grande Sertão: polpas congeladas, mel, pequi, cachaça, rapadurinha

micos e de origem duvidosa, revertendo gradativamente o consumo de açúcar cristal, refrigerantes, suco em pó e óleo de soja por rapadura, mel, suco natural de frutas, polpa e óleo de pequi.

Estima-se que mais de 100 mil pessoas, majoritariamente crianças, são consumidoras dos alimentos produzidos pela Grande Sertão – alimentos esses de inestimável valor nutricional (Almeida, 1998). Grande parte delas, inclusive, é oriunda das comunidades que fornecem frutas e outros produtos para a cooperativa, o que reforça os laços culturais da região.

A Grande Sertão vem ainda se articulando com outras organizações que atuam em propostas de economia solidária, comércio justo, Agroecologia e agroextrativismo. Um dos resultados dessa articulação é a Central do Cerrado: “Uma iniciativa sem fins lucrativos estabelecida com 21 organizações comunitárias que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado”.³

A participação em feiras também é uma importante estratégia levada a cabo, pois dá visibilidade aos grupos e promove interessantes debates e contatos. Recentemente, a Grande Sertão participou de feiras como a da Agricultura Familiar, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Terra Madre 2006, em Turim, Itália,

e a ExpoSustentat 2007, só para citar algumas.

Outras estratégias têm sido executadas, ainda que um pouco mais timidamente: a inserção dos produtos nos comércios locais; a criação do Empório do Sertão, espaço cultural das festas de Montes Claros; e mesmo a possibilidade de exportação, cuja importância é menos comercial e mais no sentido de divulgar as riquezas do Cerrado, da Caatinga e de seus povos.

Geração de renda

Na agricultura camponesa, a melhor estratégia de produção e comercialização é a diversidade. Quanto mais opções para a geração de renda, maior segurança financeira o produtor terá, assim como também quanto mais diversa for sua produção, maior segurança alimentar e nutricional para sua família. Nessa perspectiva, a diversidade de produtos – frutas, rapadura, cachaça, mel – gera um leque de possibilidades de renda. E mais uma alternativa está agora sendo disponibilizada às comunidades: as sementes oleaginosas para produção de biodiesel e outros óleos. Além disso, as comunidades rurais ligadas à Grande Sertão têm a possibilidade de comercializarem seus produtos diretamente – nas feiras livres e mercados locais – ou por meio da própria cooperativa, que viabiliza vendas em maior escala, assumindo os custos de trans-

³www.centraldocerrado.org.br, acesso em 18 de setembro de 2008.

Gráfico 1. Evolução do volume de polpas produzidas pela Cooperativa Grande Sertão



porte, beneficiamento e comercialização em mercados mais exigentes.

A entrega de 1,1 mil toneladas de frutas para a Grande Sertão gerou, entre 1998 e 2008, R\$ 415 mil reais para aproximadamente dois mil agricultores. Em média, a cooperativa paga R\$ 0,46 pelo quilo de fruta entregue. A renda obtida varia bastante de acordo com a dedicação do agricultor na coleta e entrega das frutas. Os mais empenhados vêm obtendo uma renda média anual de até R\$ 1.000,00, enquanto um só agricultor chegou a receber R\$ 2.857,40 apenas entregando pequi na safra 2003/04.

Das cerca de 360 comunidades que já forneceram frutas para a Grande Sertão, 26% vêm mantendo uma regularidade de entrega (em pelo menos três safras). Entretanto, de todos os agricultores que já entregaram, quase 74% o fizeram em somente uma safra. Isso suscita questões sobre a melhor estratégia para a cooperativa: comprar frutas de cada vez mais agricultores e comunidades diferentes, com vistas a divulgar seu trabalho e se consolidar como um empreendimento de ampla inserção regional; ou reforçar a relação com algumas comunidades, de modo que haja mais confiança mútua e segurança econômica.

De todo modo, a Grande Sertão vem se estabelecendo no Norte de Minas como uma alternativa concreta e viável de geração de renda para milhares de famílias. No caso do extrativismo, as comunidades precisam somente de organização e investir em seu trabalho na coleta. Esse ganho econômico, mesmo quando peque-

no, acarreta uma série de outras mudanças e questões que ampliam o leque de benefícios proporcionados.

Participação política e organização social

A conquista da cidadania no meio rural vai muito além das melhorias na renda per capita. Passa também pela efetivação dos direitos de participação nos espaços políticos, que se dá principalmente pela organização social. Nesse sentido, a Grande Sertão pode ser considerada, também, uma porta para essa conquista.

A organização da Grande Sertão, em íntima associação com o trabalho do CAA-NM e com as organizações de base do Norte de Minas, vem dando origem ao que tem sido chamado de Rede Sócio-Técnica. Essa rede tem como princípio fundamental o casamento dos saberes tradicionais com os saberes técnico-científicos, bem como a valorização dos agricultores enquanto multiplicadores de práticas e conhecimentos agroecológicos. A Rede Sócio-Técnica desdobra-se ainda na produção, constituindo unidades produtivas descentralizadas e compondo uma rede de empreendimentos da agricultura familiar no Norte de Minas.

A participação social das famílias em um empreendimento econômico é, por si só, um sinal de enfrentamento da exclusão social. A valorização da cultura sertaneja e dos produtos da biodiversidade também é a manifestação de um movimento contrário à imposição cultural e à depredação ambiental, elementos típicos do capitalismo. Assim, o empoderamento proporcionado pela Grande Sertão não pode ser medido em termos puramente econômicos e deve ser considerado na amplitude de sua estratégia para a superação da pobreza de camponeses historicamente alijados pelo modelo de desenvolvimento predominante.

Superar a pobreza ou valorizar as riquezas?

A riqueza do Norte de Minas, formada pelo encontro de diversos ecossistemas e culturas, tem sido historicamente ignorada pelos poderes público e econômico. Os biomas Caatinga e Cerrado, com sua incrível biodiversidade e importância ecológica; as culturas tradicionais da região, como a geraizeira, catingueira, vazanteira, quilombola e xacriabá, dotadas de ricos saberes; a agrobiodiversidade cultivada e adaptada por gerações. Tudo isso está sendo cada vez mais massacrado pela lógica político-econômica global, que enxerga à sua frente somente lucros a curto prazo. O argumento da superação da pobreza é utilizado, inclusive, como justificativa para grandes projetos econômicos – barragens, mineração, monoculturas de eucalipto, soja, etc – que, na verdade, só aprofundam o quadro de desigualdades sociais e degradação ambiental.

Assim, não seria melhor falarmos em valorização das riquezas como estratégia de desenvolvimento regional? Afinal, foram essas riquezas que permitiram às populações do Norte de Minas viverem até hoje, com segurança alimentar e qualidade ambiental, e são exatamente elas que vêm sendo exauridas pelo modelo econômico agroindustrial exportador. Mesmo sob tanta pressão, milhares de famílias ainda têm, nas riquezas que as cercam, importante fonte de renda e qualidade de vida. A Cooperativa Grande Sertão vem, portanto, valorizando tais riquezas, aproveitando seu potencial para além do beneficiamento artesanal e da comercialização local em pequena escala. E demonstra, dessa forma, que outro desenvolvimento para o meio rural não só é possível, como já acontece no Norte de Minas.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Semíramis P. Frutas nativas do Cerrado: caracterização físico-química e fonte potencial de nutrientes. In: SANO, Sueli. M.; ALMEIDA, Semíramis P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998. p. 247-285.
- CARVALHO, Igor S.H. *Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado) – CDS/UnB, Brasília.
- MAZZETO, Carlos E.S. *Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas*. 1999. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- PNUD. Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. *Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008*. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2008.
- SANTOS, Breno G.; SANTA ROSA, Helen. Cooperativa Grande Sertão: articulando populações e diversidades do Norte de Minas Gerais. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 2, n. 2, junho de 2005.

Agriculturas na rede Acesse: www.agriculturas.leisa.info

A página eletrônica da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* disponibiliza em formato PDF todas as edições anteriores. Os artigos poderão ser facilmente encontrados por meio de um sistema de busca amigável, seja por título, por autor ou por palavras-chave. Os usuários poderão também acessar as edições regionais e global das revistas Leisa publicadas em seus respectivos idiomas. Os interessados em receber trimestralmente a versão impressa da revista poderão se cadastrar na mala direta de subscritores por meio da página eletrônica.

Fundos Solidários: alternativa para construção de autonomia e empoderamento das mulheres rurais

Célia Santos Firmo

O semiárido brasileiro abrange uma área geográfica de 974.752 Km² e possui uma população aproximada de 21 milhões de pessoas, sendo considerado um dos mais populosos do mundo. Encontram-se na região cerca de dois milhões de estabelecimentos familiares, que correspondem a 42% do total nacional, embora ocupem apenas 4,2% do total da área. Submetida a uma estrutura fundiária altamente concentrada e a programas públicos que historicamente reforçaram estruturas econômicas que reproduzem as enormes desigualdades sociais, a agricultura familiar no semiárido vivencia graves privações de suas necessidades mais elementares a cada novo período de seca

Fotos: Arquivo MOC



Artesanato produzido por grupos de mulheres

prolongada. A combinação desses fatores explica por que cerca de dois terços dos pobres rurais brasileiros se encontram nessa região.

Nesse quadro geral de concentração de pobreza, cumpre ressaltar que a exclusão social se manifesta de forma diferenciada quando é enfocada a partir de uma perspectiva de gênero. Indicadores sociais apontam o crescimento da feminização da pobreza, especialmente devido a elementos como a divisão sexual do trabalho.¹

Das maneiras mais variadas, costumes, posturas e normas sociais funcionam como mecanismos de dominação masculina sobre as mulheres. Lutas históricas se travam há décadas contra esse processo, mais foi a partir dos anos 1980, com a institucionalização da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), que o debate sobre as desigualdades sociais de gênero se tornou mais presente em diferentes instituições da sociedade.

¹Retrato das desigualdades de gênero e raça – 3ª edição. Publicado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

Uma das desigualdades de gênero mais marcantes reside no campo do acesso a oportunidades de geração de trabalho e renda. O pequeno número e a ineficiência de ações afirmativas para a inclusão das mulheres em atividades econômicas é uma característica constante nas políticas públicas.

As mulheres rurais do semiárido não fogem a essa regra geral, já que vivem condições marcadas pelo trabalho duro e mal ou não-remunerado, em uma situação claramente desfavorável em relação aos homens.

Frente a esse quadro, os movimentos sociais têm atuado para criar e implementar outra possibilidade histórica em que as mulheres rurais se insiram como agentes protagonistas do desenvolvimento rural. Esse é um desafio de grande complexidade, já que elas têm que enfrentar simultaneamente duas estruturas de opressão: a socioeconômica, que é reproduzida pelo modelo excludente de desenvolvimento, e a sociocultural, sustentada por normas injustas de convivência entre homens e mulheres.

A iniciativa dos Fundos Solidários apresentada neste artigo é um exemplo de alternativas de organização de empreendimentos solidários que impulsionam a

construção da autonomia política e econômica das mulheres rurais.

As mulheres rurais da região semiárida da Bahia

A constituição de empreendimentos econômicos solidários (EES) formados exclusivamente por mulheres tem sido uma estratégia adotada por agricultoras da região semiárida da Bahia para complementar os poucos recursos financeiros provenientes da atividade rural. Esses empreendimentos têm se desenvolvido a partir de 2002 e atuam em vários campos: produção artesanal em pequena escala, segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras e venda local de produtos gerados a partir de práticas de convivência com o semiárido.

As mulheres vêm se valendo desses espaços da economia solidária para debater questões mais amplas ligadas às relações sociais de gênero e à situação de pobreza da população rural, especialmente a das mulheres. Com a evolução das iniciativas, optou-se pela constituição da Rede de Produtoras da Bahia, por intermédio da qual as mulheres se articulam a outros fóruns da sociedade civil, influenciando os debates sobre políticas públicas com o objetivo de assegurar melhorias em suas condições de vida.

Apesar de a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários já existirem há mais de três anos, ainda são diversos os desafios para a sua expansão e con-



Feira de troca solidária

solidação. Dentre eles, destaca-se a dificuldade de acesso a créditos oficiais, já que esses recursos são essenciais para dinamizar os empreendimentos, permitindo a constituição de capital de giro para a produção e para a comercialização. A dificuldade e/ou bloqueio aos créditos oficiais obrigam as mulheres a recorrerem a instituições financeiras privadas, o que implica em menores rentabilidades das atividades uma vez que parte significativa da renda bruta é direcionada ao pagamento dos altos juros cobrados por essas instituições.

Frente a esses desafios, a Rede de Produtoras da Bahia vem resgatando práticas solidárias enraizadas na tradição cultural local com o objetivo de construir alternativas que viabilizem a dinamização dos EES. As Trocas Solidárias e os Fundos Solidários são dois mecanismos que vêm sendo colocados em prática nesse sentido.

As Trocas Solidárias

As trocas solidárias surgiram por duas influências: de um lado, pela experiência da própria rede, a partir da criação do Fundo Solidário, no qual cada grupo doava alguns de seus produtos e serviços para a formação do fundo; e, de outro, por meio do resgate da cultura da região de troca de alimentos, serviços e outros recursos.

Assim, orientadas pelos princípios da intercooperação e da ajuda mútua, as mulheres praticam a solidariedade por meio do intercâmbio de seus produtos e/ou serviços com outros EES. Inicialmente, as trocas aconteciam nas Feiras Regionais de Produtos, nas quais eram criados espaços específicos para essa prática. Bolsas de palha são trocadas por roupas, e aipim é trocado por mel, sem que para isso haja uma referência diretamente relacionada ao valor desses produtos nos mercados convencionais.

Com o passar do tempo, as trocas viraram rotina na vida das mulheres, tornando-se comuns também nas suas reuniões e em outras oportunidades quando agricultoras de um empreendimento visitam as de outro. Com o avanço dessas práticas, as trocas solidárias extrapolaram o intercâmbio entre EES e começam a acontecer até em escolas, onde as agricultoras são convidadas para expor e trocar seus produtos com professoras(es) e crianças.

“A Troca Solidária é muito importante, pois estamos resgatando a cultura da nossa região.”

²O primeiro projeto que doou recursos para o fundo solidário das mulheres rurais foi o Mãos que Trabalham, fruto de convênio do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a Petrobras.

O que os nossos avôs faziam trocando os alimentos, achamos importante que os mais novos conheçam e pratiquem também. Nos grupos, muitas vezes queremos comprar alguns produtos, mas não temos recursos. Com a troca conversamos com outras produtoras e trocamos os nossos produtos pelas delas. Já trocamos nossas bolsas de palhas por roupas. Isso é muito importante para fortalecer a solidariedade entre as mulheres...”

Valmira Lopes, produtora do Grupo Mulheres de Fibra, Santa Luz (BA)

O Fundo Solidário

Diante da inexperiência das mulheres produtoras integrantes dos EES no acesso e gestão de créditos direcionados para as atividades coletivas, a Rede de Produtoras da Bahia criou o Fundo Rotativo Solidário. Inicialmente, o fundo foi constituído por meio da doação de produtos por parte dos grupos filiados à rede. Em seguida, buscou-se obter doações externas, por intermédio de projetos específicos.²

O Fundo Solidário é gerido pela Rede de Produtoras da Bahia e os EES filiados, por meio de uma comissão responsável que divulga a iniciativa para as mulheres e ao mesmo tempo reúne e avalia as propostas apresentadas pelos EES.

A Comissão Gestora se reúne mensalmente para socializar informações sobre o funcionamento do fundo para o conjunto da coordenação da Rede de Produtoras da Bahia. Além disso, a prestação de contas é realizada trimestralmente ao Coletivo Regional, espaço composto por mulheres representantes dos 47 EES que integram a rede.

Para regular o acesso aos recursos e o funcionamento do fundo, foi criado um regimento interno, a partir das vivências das mulheres e do conhecimento de experiências similares. Para acessar o fundo, um EES deve elaborar um pequeno projeto, no qual a solicitação do empréstimo é justificada, assim como é demonstrado um plano para o desenvolvimento da atividade econômica e o seu retorno financeiro.

A constituição de uma poupança no valor mínimo de 10% do montante solicitado ao fundo é um dos mecanismos adotados no sistema. Essa poupança funciona como uma reserva que pode ser empregada para o pagamento de parcela, caso o EES encontre dificuldades para efetuar a devolução, ou para a constituição de capital de giro após a devolução integral do empréstimo. Essa reserva é constituída ora pela cotização entre as agricultoras do EES, ora via venda de produção do grupo.

Com o uso dos recursos do fundo, as mulheres vêm implantando e fortalecendo suas atividades produtivas, além de exercitarem a gestão coletiva de projetos de financiamento, construindo novas capacidades para o acesso e a gestão do crédito rural oficial.

Dentre os projetos apoiados pelo fundo solidário, destacam-se: a constituição de capital de giro para aquisição de matérias-primas (como feijão, farinha, carne caprina, galinha caipira, ovos caipiras), todas utilizadas para formação de estoque; a prestação de serviços, no qual trabalham diretamente cinco EES; a constituição de capital de giro para aquisição de freezer com finalidade de armazenar insumos para a produção de alimentos comercializados via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); a compra de matéria-prima para confecção de produtos a serem comercializados nas Feiras Estadual e Regionais.

“Ao longo do tempo lutamos pela geração de renda, mas sempre paramos quando o assunto era dinheiro. Primeiro pela dificuldade de acessar o crédito, mas também pelo medo e a falta de documentos, já que na maioria das vezes a terra é no nome do marido. Quando se parte para o grupo, ainda fica mais difícil acessar o crédito, já que os grupos são informais. Mas, com a construção do fundo solidário, quebrou-se essa barreira, facilitando para nós produtoras chegar de forma mais confiante e com menos burocracia, até porque nós construímos todo o processo desde o início, conhecendo todas as regras e a importância desse recurso, facilitando assim aplicar e devolver o recurso de forma correta, porque entendemos que, se não devolvemos, estamos prejudicando as outras companheiras.”

Patrícia Nascimento – coordenadora geral da Rede de Produtoras da Bahia

“Eu vejo o fundo solidário como uma solução para os grupos, porque nós queremos produzir, mas não temos dinheiro. Muitas vezes achamos onde vender nossos produtos, mas não produzimos porque não podemos comprar os materiais. Agora, com o fundo, compramos os materiais que precisamos para produzir, vendemos os nossos produtos e não pagamos os juros altos que o comércio e os bancos cobram.”

Maria Júlia Santana – produtora do Grupo Tecer Arte, Feira de Santana (BA).

As aprendizagens com o Fundo Solidário

Hoje, as mulheres criam e gerenciam autonomamente recursos coletivos, num exercício importante de solidariedade e responsabilidade. Dentre as aprendizagens dessa experiência, podemos apontar os seguintes elementos:

a) A importância do sentimento de pertencimento, uma vez que o fundo surge a partir da necessidade sentida e vivenciada por elas, assim como é formado por recursos captados por meio de projetos ou de doações das próprias mulheres.

- b) A mudança na lógica de acesso a recursos, já que os empréstimos via fundo são acessíveis, desburocratizados, além de garantidos e comprometidos, dinamizando os empreendimentos econômicos solidários.
- c) Crescimento do giro de recursos entre a parcela da sociedade mais excluída: as mulheres pobres rurais.
- d) Melhora global na vida das famílias em função das atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres.
- e) Crescimento, entre as mulheres, da autonomia, liberdade, autodeterminação e capacidade de se relacionar de igual para igual com seus companheiros, porque detêm o resultado do seu trabalho, digno e valorizado.
- f) Desconstrução do sentimento de incapacidade de acesso e gestão de créditos, especialmente para atividades coletivas gestadas exclusivamente por mulheres agricultoras.

Essas e outras conclusões estão claras nos depoimentos das mulheres, que expressam seus sentimentos e suas vivências. Sinteticamente, podemos afirmar que o Fundo Solidário é um instrumento de desenvolvimento, de promoção de relações de gênero justas, de empoderamento e de facilitação no acesso a novas oportunidades de geração de renda e de melhoria de vida para as famílias rurais.

Célia Santos Firmo

administradora de empresas, especializando-se em Gestão Pública e Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. coordenadora pedagógica da Equipe do Movimento de Organização Comunitária (MOC)
celia@moc.org.br

Referências bibliográficas:

- AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BAPTISTA, Naidison de Quintela; DIAS, Wilson José Vasconcelos. *Gestão social para o desenvolvimento local*. Feira de Santana: MOC, 2000.
- CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003.
- KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador: UCSAL, 2000.
- MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. *Relatório Anual 2007*. Feira de Santana: MOC, 2008.

Mulheres rompem barreiras no Mali

Jonas Wanvoeke, Rosaline Maiga Dacko,
Kalifa Yattara e Paul Van Mele

Rodeada por colinas arredondadas, Zamblara se assemelha a muitas das vilas da região semiárida do sudoeste do Mali, país situado no noroeste da África. A maioria de seus habitantes vive da agricultura. Durante a curta estação chuvosa, os homens plantam milho, sorgo, amendoim e outros cultivos nos terrenos mais elevados. As mulheres cultivam arroz nas áreas de baixo próximas às vilas e que ficam temporariamente alagadas. Na longa estação seca, homens e mulheres cultivam hortaliças nas terras baixas após a colheita do arroz.

Ainda que todos os agricultores se deparem com várias dificuldades (falta de sementes, água, crédito e assistência técnica), as mulheres enfrentam barreiras e privações adicionais. Nessa região do Mali, é muito difícil as mulheres terem o mesmo status social e econômico dos homens. Há preconceito de gênero em toda a sociedade, e o meio rural não foge a essa regra. As mulheres, por exemplo, não podem herdar nem possuir sua própria terra. Além disso, Zamblara, assim como a maioria das vilas nessa região, é dividida em castas – algumas famílias detêm um status superior (de nobreza), enquanto as demais são agrupadas como descendentes de escravos. A implicação direta dessa separação é a divisão social de tarefas na vila.

Há mais de dez anos, um grupo de mulheres decidiu formar uma organização de produtoras de arroz com o objetivo de aumentar a produção e a renda. Conhecido como Kotognogontala, ou “respeito mútuo”, o grupo se uniu como forma de trocar conhecimentos sobre práticas agrícolas sustentáveis na comunidade. Em 2002, suas lideranças entraram em contato com o Centro

de Arroz da África (Warda), interessadas nas atividades de capacitação do projeto Adaptação e Difusão Participativa de Tecnologias para Sistemas de Produção de Arroz (Pads).

O projeto teve início em 2000 com atividades na Costa do Marfim, Gâmbia, Gana e Guiné. Desde 2002 está presente também no Mali. Seu objetivo geral era contribuir com o aumento da produção do arroz, da diversificação de culturas e da geração de renda. Esses objetivos seriam atingidos por meio do desenvolvimento e adaptação de inovações apropriadas para um melhor manejo dos cultivos. Em suma, o projeto visava melhorar o bem-estar dos agricultores pobres da África Ocidental. Para tirar o máximo proveito dos recursos de investimentos relativamente reduzidos, o Pads orientou suas ações para os sistemas agrícolas dos vales do interior em função de seu maior potencial produtivo. Apostou também que atividades voltadas aos temas relacionados às práticas de irrigação e da drenagem poderiam unir os agricultores em torno a um processo de aprendizado construído de baixo para cima.

Primeiro em escala experimental, e em seguida em todo o projeto, o Pads adotou a metodologia de Pesquisa-Ação Participativa (Plar), descrita no quadro 1. Essa metodologia incorpora algumas das ideias das Escolas Agrícolas de Campo¹, uma vez que estimula o aprendizado com base em vivências. Além disso, emprega ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que contribuem para uma melhor visualização de processos e procedimentos, o que favorece a interação entre agricultores e facilitadores na construção compartilhada de conhecimentos sobre a agricultura local, seus limitantes e suas potencialidades.

Inovações locais

Mesmo antes do projeto, a maioria dos produtores adotava práticas tradicionais e as mulheres de

¹Escola Agrícola de Campo é uma metodologia desenvolvida pela FAO – Organização para Agricultura e Alimentação das Organizações das Nações Unidas. Adota uma pedagogia fundamentada no aprendizado pelo descobrimento, ou seja, pelo estímulo à experimentação por parte dos próprios alunos agricultores. Para saber mais a respeito, veja artigo na edição v.3, n.2 da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* (nota do editor).

Zamblara já usavam poucos agroquímicos, por serem caros e nem sempre de fácil acesso. Além de estimular essas práticas, o método Plar busca aprimorá-las, tendo em vista a inadequação das tecnologias baseadas em alta dependência de insumos externos. Como uma das atividades de capacitação, as mulheres organizaram um experimento para comparar o composto orgânico a fertilizantes químicos e a uma mistura (composto orgânico mais fertilizantes químicos). Após observarem os resultados, elas optaram pelo uso do composto misturado a pequenas doses de uréia e fosfato de rocha. Também desenvolveram suas próprias estratégias de controle de pragas, que incluem: uso de pó de Nim (*Azadirachta indica*); mistura de detergente e querosene; ou simplesmente a capina das beiradas das parcelas de arroz para eliminar os locais de oviposição das mariposas, que dão origem a brocas-do-colmo.

A metodologia Plar ajudou a aumentar a produção de arroz na vila e agora muitos vizinhos de membros dos grupos começaram a se interessar pelas inovações técnicas desenvolvidas. Cada um dos quatro grupos formados em Zamblara tinha sua agricultora-facilitadora. Apesar de os módulos terem sido escritos em francês, eles foram (oralmente) traduzidos para a língua local, o bambara. As mulheres adaptaram formas de transmissão dos conteúdos dos módulos ao compor músicas e poemas sobre os métodos inovadores para a produção de arroz.

Hoje, além de as mulheres de Zamblara terem suas próprias parcelas de arroz, o grupo também trabalha uma área coletiva de 1,5 hectare, cultivando arroz durante a estação de

chuvas e hortaliças na época seca. Quando as mulheres colhem o arroz dessa área, vendem uma parte e guardam o dinheiro como um fundo de reserva do grupo. Do restante da produção, uma parte é dividida entre elas e outra é usada no preparo das refeições para as atividades em grupo.

Rompendo barreiras

Partindo de um grupo inicial de 27 pessoas, a associação cresceu e hoje é composta por quatro grupos, reunindo 115 mulheres e dois homens. No Mali, a maioria dos grupos de mulheres conta com pelo menos um homem. Neste caso, o chefe da vila é o seu presidente de honra e outro homem participa para acompanhar as atividades. Todos avaliam que o grupo ajudou a melhorar as relações entre homens e mulheres, pois oferece a elas um espaço onde podem conversar sobre seus problemas com os homens e trocar conselhos.

Há também o reconhecimento de como as mulheres estão menos receosas de falar em encontros da vila, participando deles mais ativamente e contribuindo toda vez que é preciso tomar uma decisão. Ademais, os homens da vila agora aceitam a associação, fato que é percebido pelo interesse deles em deixar terras para serem cultivadas pelas mulheres.

Além disso, a adoção da metodologia Plar ajudou a minimizar a diferença entre categorias sociais. Nas atividades, todos realizam conjuntamente os experimentos, se alimentam juntos e cantam juntos, ignorando gê-

Quadro 1. Valorizando as experiências locais

A abordagem Pesquisa-Ação Participativa (Plar, sigla em inglês) é uma metodologia de educação de adultos que se vale das experiências dos membros de um grupo. Trabalhando em grupos de cerca de 25 pessoas, diferentes sessões cobrem todo o ciclo agrícola. As atividades, no caso apresentado, seguem o desenvolvimento da cultura do arroz (de acordo com um currículo especialmente desenvolvido para o plantio nos vales do interior). Os agricultores analisam suas próprias práticas, descobrem suas limitações e buscam formas de contorná-las. O currículo ensina novas práticas (por exemplo, transplante), mas, em vez de simplesmente transferir tecnologias, os facilitadores estimulam os agricultores a intercambiar e refletir sobre suas experiências. Dessa forma, eles podem encontrar soluções por conta própria e experimentar novas ideias para desenvolver alternativas técnicas que sejam práticas e adaptadas às condições locais.

No Plar os agricultores não são considerados como potenciais receptores de novas tecnologias. A

ideia básica é criar um processo que estimule o agricultor a inovar e promover descobertas por conta própria, ao conduzir experimentos em sua propriedade. A cada semana, o método Plar apresenta novas ideias aos agricultores, sendo que eles são livres para testá-las ou não. A equipe de facilitadores do Plar frequentemente inclui um membro do serviço de extensão rural, um pesquisador ou um técnico de ONG, além de um agricultor. A sessão semanal do Plar usa diferentes ferramentas de aprendizagem, tais como calendário de cultivos, mapas, diagramas e formulários de monitoramento e observações em campo. Essas ferramentas ajudam a visualização, facilitando a interação e o aprendizado conjunto entre facilitadores e o grupo comunitário. Em 28 sessões, as ferramentas de aprendizagem cobrem todos os aspectos do manejo integrado dos cultivos, como preparo da terra, produção de mudas, transplante, manejo da água, controle de plantas espontâneas e manejo de insetos-praga, pós-colheita e comercialização.



Mulheres de Zamblara cantam música que compuseram sobre as novas tecnologias para o arroz



Com o sucesso das atividades do grupo, as diferenças sociais deixaram de ser importantes. Aqui, mulheres conversam em frente à casa que construíram.

nero ou casta. Os encontros semanais do Plar proporcionaram um maior contato entre os moradores da vila, especialmente entre mulheres de diferentes origens. O distanciamento entre as duas castas foi extinto. As mulheres estão unidas de tal forma que chegaram a construir uma pequena casa de encontros. Elas mesmas a construíram com materiais adquiridos com o dinheiro gerado pelo trabalho na área coletiva. Com toda essa evolução, as mulheres se sentem menos solitárias e isoladas. Como uma delas disse: “As pessoas das castas altas e baixas são as mesmas desde o Plar.” Com o projeto Pads e a implementação da abordagem Plar, essa estigmatização foi rompida e a união entre as pessoas foi fortalecida.

Essa nova coesão comunitária não se limita às práticas agrícolas. O projeto Pads ajudou as mulheres a conduzirem uma análise do bem-estar (semelhante a um ranking de riquezas). Quando as mulheres se deram conta de que algumas famílias vizinhas eram pobres a ponto de não poderem fazer três refeições ao dia, começaram a ajudar umas às outras com alimentos e trabalho.

Outro dado importante é que as sólidas parcerias que as mulheres criaram com ONGs e agências governamentais aumentaram seu poder de decisão na vila. Com uma melhor situação financeira e material, as mulheres estão se empoderando e derrubando as barreiras culturais dessa região do Mali, onde até recentemente as decisões da vila eram tomadas, em sua grande maioria, só por homens.

Atualmente, o grupo contribui para o desenvolvimento da infraestrutura e está se tornando um núcleo de influência na vila. Ele se mantém com fundos próprios advindos de contribuições das mulheres-membros, da venda da produção obtida na área coletiva e dos pagamentos por serviços (especialmente quando essas mulheres trabalham em campos dos homens).

Reforçando relações sociais

A maioria das mulheres está feliz por produzir mais arroz e ter encontrado alternativas técnicas para o controle de insetos-praga pouco dependentes de insumos externos. Porém, mais importante ainda, dizem elas, é que agora elas encontraram unidade. “O futuro pertence às pessoas que estão organizadas”, declara uma mulher de Zamblara. As mulheres de Zamblara afirmam que o Plar reforça as relações sociais e fortalece o capital humano. Apesar de a iniciativa ter vindo da própria comunidade, foi por meio da incorporação da análise das condições de vida que a comunidade foi capaz de visualizar seu bem-estar individual e coletivo e que a ação para a inclusão social recebeu um impulso. O projeto Pads já foi encerrado, mas os grupos seguem trabalhando juntos.

Jonas Wanvoeke

pesquisador assistente do Africa Rice Center (Warda)

j.wanvoeke@cgiar.org

Rosaline Maiga Dacko

coordenadora do Pads no Mali

rosedacko@yahoo.fr

Kalifa Yattara

pesquisador do Centro Regional de Pesquisas

Agrônomicas (CRR) de Sikasso

k.yattara@yahoo.fr

Paul Van Mele

especialista do Africa Rice Center (Warda)

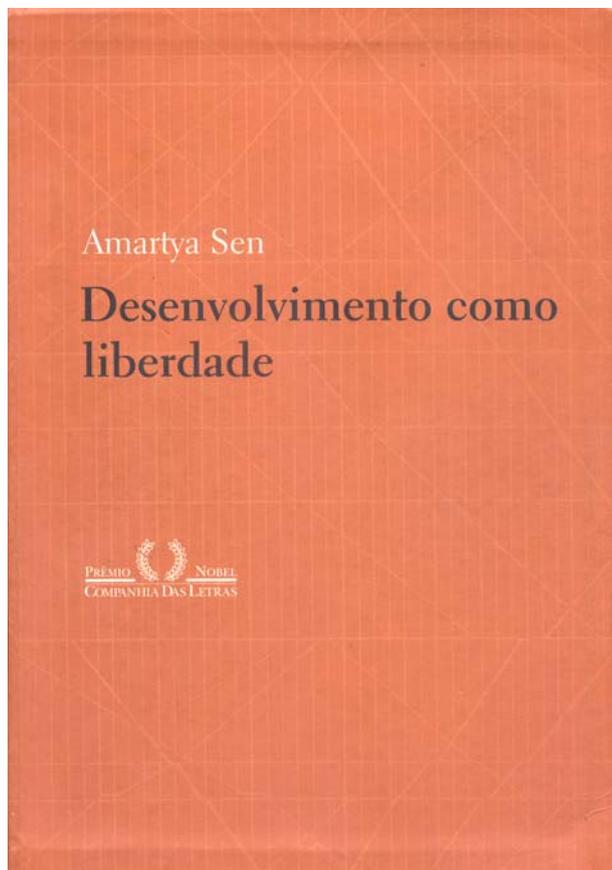
p.vanmele@cgiar.org

Agradecimentos:

Agradecemos ao Dr. Jeff Bentley pelas fotos, discussões e pelos comentários a uma versão preliminar deste artigo. Este trabalho teve apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) e gestão do Centro do Arroz para a África (Warda).

Referências bibliográficas:

DEFOER, T.; WOPEREIS, M.C.S.; IDINOBA, P.; KADISHA, T.K.L.; DIACK, S.; GAYE, M. *Manuel du facilitateur: curriculum d'apprentissage participatif et recherche action (APRA) pour la gestion intégrée de la culture de riz de bas-fonds (GIR) en Afrique sub-Saharienne*. Benin: WARDA, CTA, IFDC, CGRAI, 2004.



Desenvolvimento como liberdade

SEN, A. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

Segundo Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, o desenvolvimento expressa a expansão das liberdades reais que as pessoas de uma determinada sociedade desfrutam para realizar seus projetos individuais e coletivos. Essa perspectiva contrasta com enfoques convencionais que associam o desenvolvimento ao crescimento econômico, ao aumento da renda per capita, à industrialização e à disseminação de avanços técnicos. Embora essa forma de medição do desenvolvimento aponte fatores que podem eventualmente funcionar como meios para a expansão das liberdades, não são eles em si que asseguram esse fim. Para o autor, “ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que desempenham um papel relevante no processo.” Essa análise fornece um referencial inovador para a concepção de programas de desenvolvimento, em particular aqueles explicitamente orientados para a superação da pobreza. Nesse caso, a pobreza não é apre-

endida somente a partir da variável *renda*, mas considera também as margens de liberdade para que indivíduos, famílias e comunidades inteiras se autodeterminem com base na valorização dos recursos naturais e culturais que têm à disposição. Nesse sentido, a abordagem *desenvolvimento como liberdade* dialoga diretamente com a perspectiva agroecológica de desenvolvimento rural.



Gênero, segurança alimentar e Agroecologia no semi-árido brasileiro: as experiências do programa Meios de Vida Sustentáveis

CASTELLO BRANCO, T. Recife: Oxfam, 2007.

A publicação apresenta um conjunto de sistematizações de experiências de programas de desenvolvimento rural conduzidos por ONGs do campo agroecológico no semi-árido brasileiro que têm como um dos eixos estratégicos a promoção de relações sociais de gênero mais justas e igualitárias. O documento traz importantes pistas para o aprofundamento de questões práticas e teóricas que foquem um maior diálogo e integração entre o movimento feminista e o movimento agroecológico, em particular ao enfatizar a importância do enfoque de gênero nas estratégias de superação da pobreza rural.



Publicações



Empoderamento e direitos no combate à pobreza

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003. 116 p.

Essa coletânea apresenta trabalhos que apontam para a importância do uso da abordagem de empoderamento na América Latina e que enfatizam a relevância e a complexidade das questões de relações de poder na região. Além disso, busca contribuir para o fortalecimento do diálogo entre esta abordagem e aquela fundamentada nos direitos, ao considerar que não basta lançar mão de uma sem a outra. Afinal, ambas são necessárias e complementares, principalmente quando se tem como estratégia de com-

bate à pobreza os processos de luta pela cidadania e de construção de sujeitos sociais coletivos. Nesse sentido, é fundamental que tanto a abordagem de empoderamento quanto a de direitos estejam presentes nas estratégias das ONGs que promovem um desenvolvimento alternativo, visando à superação da pobreza.



Organic Farming: A contribution to sustainable poverty alleviation in developing countries?

MAIER, JÜRGEN. Bonn: Forum Umwelt & Entwicklung, 2005. 44 p.

Documento resultante de dois eventos promovidos por organizações alemãs em 2003 e 2004 que tiveram por objetivo colocar em debate algumas questões-chave relacionadas ao papel que a agricultura orgânica pode desempenhar na promoção da segurança alimentar nos países do Sul, enfocando também a necessidade de ajustes nos sistemas de certificação de qualidade para que pequenos produtores possam se beneficiar do emergente mercado dos alimentos orgânicos. Uma das conclusões apresentadas no documento é que a definição normativa de agricultura orgânica estabelecida pela União Européia não abre perspectivas para que a diversidade de práticas e enfoques da agricultura orgânica seja valorizada em estratégias de superação da pobreza com base no desenvolvimento de maiores graus de autonomia das comunidades empobrecidas no mundo rural, podendo mesmo ajudar a acentuar processos de diferenciação social por meio do estímulo à produção de mercadorias voltadas para mercados de nicho. Trata-se, nesse sentido, de um documento essencial para subsidiar debates críticos acerca das políticas orientadas para a promoção do agronegócio orgânico.

Agriculturas na rede

Acesse: www.agriculturas.leisa.info

A experiência de organizar, produzir e resistir da comunidade de Lagoa dos Cavalos

A história da comunidade Lagoa dos Cavalos é marcada pela organização das famílias agricultoras para a convivência com o semiárido. Situada a 22 quilômetros de Russas, na região cearense do Baixo Jaguaribe, a comunidade surgiu há aproximadamente 70 anos, quando duas famílias se estabeleceram no local.

Hoje, são 67 famílias vivendo e trabalhando em comunidade. A associação comunitária foi criada em 1986, quando 22 agricultores se organizaram e conseguiram 700 hectares de terra para o plantio comunitário. Juntos, elaboraram um projeto de financiamento e com o dinheiro compraram arames, maquinários agrícolas, bois e carroça. Em 22 anos de existência, diversos benefícios foram obtidos: casa de sementes, casa de farinha, cisternas de placas para armazenar água de qualidade, apiários, projetos de ovinocultura, barragens subterrâneas, criação de aves de postura, dessalinizador de água, eletrificação rural, escola primária. Além disso, atualmente a associação participa da Rede Abelhas e da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS/CE). Enfim, diversas experiências foram e são realizadas pelas famílias, que trocam conhecimentos e técnicas de manejo e ensinam aos mais jovens a responsabilidade pelo futuro da comunidade. Em 2004, os jovens fundaram o Grupo Juventude Unida e pas-

Grupo de jovens da
Comunidade Lagoa dos Cavalos

saram a assumir a formação de agricultores e agricultoras para o gerenciamento dos recursos hídricos na comunidade. Nos cursos, abordam ainda temas como cidadania, importância do voto popular, Estatuto do Idoso, o uso de defensivos naturais e práticas de preservação do meio ambiente. O grupo também organiza o plantio de mudas nativas na comunidade, mas sua maior iniciativa é o trabalho com apicultura. Começaram a se organizar com apenas uma colmeia e atualmente já trabalham com 80. Além do mel, garantem o sustento a partir da fabricação artesanal da cera alveolada. É dessa forma que a comunidade garante a permanência do jovem no campo. Entretanto, atualmente a comunidade enfrenta um de seus maiores desafios: a formação do Distrito Irrigado Tabuleiro de Russas, que ameaça desapropriar os moradores da região. A resistência das famílias de Lagoa dos Cavalos está fazendo com que a segunda etapa de implantação do projeto permaneça parada. E é assim que continuarão: firmes na luta pelo direito de permanência nas terras conquistadas.



Foto: Carítas-CE

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* (edição brasileira da Leisa Global), na *Leisa Latino-americana* (editada no Peru) e na *Leisa Global* (editada na Holanda).

Temas das revistas Leisa em 2009

Agricultura no contexto das mudanças climáticas globais (v.6, n. 1)

No decorrer da História, as comunidades rurais sempre buscaram transformar seus sistemas agrícolas de forma a adaptá-los às mudanças ambientais, econômicas ou sociais que as colocavam em risco. A falha nesses mecanismos de adaptação significou para muitas civilizações agrícolas do passado a inauguração de longos períodos de crise ou mesmo o completo colapso. Atualmente, existe um amplo consenso científico de que atravessamos um momento de mudanças climáticas globais que afetarão os padrões de chuva e elevarão as temperaturas médias em todo o planeta. O fenômeno vem sendo apresentado como a maior ameaça para a humanidade e não há dúvidas de que serão as populações mais empobrecidas, sobretudo as rurais, as que mais sofrerão os seus efeitos caso medidas efetivas de prevenção e de adaptação não sejam implantadas.

Em algumas regiões as mudanças no clima poderão intensificar processos de degradação ambiental e repercutir negativamente sobre a produção alimentar. Ironicamente, a agricultura é uma das atividades que mais contribui para o aquecimento global. O desmatamento para a abertura de novas fronteiras agrícolas e a agricultura baseada nos padrões técnicos da Revolução Verde fazem com que grandes quantidades de carbono sejam lançadas na atmosfera. Além disso, a produção dos insumos essenciais para a agri-

cultura industrial emite grandes volumes de gases de efeito estufa.

Nesse contexto de impasse da civilização industrial, o enfoque agroecológico pode exercer papel determinante como guia de processos de adaptação dos sistemas agrícolas com vistas à redução das iminentes ameaças das mudanças climáticas globais. De fato, já são inúmeras as evidências de que famílias e comunidades que mantêm seus sistemas produtivos fundamentados nos princípios da Agroecologia têm conseguido conviver melhor com as incertezas e com os extremos climáticos – representados pelo excesso de chuvas, de secas, de ventos, de frio e de calor, quando são comparadas com seus vizinhos convencionais.

Como as mudanças no clima vêm sendo percebidas nas comunidades rurais? Como elas vêm lidando com os aumentos da incerteza climática e dos estresses ambientais? Que estratégias de adaptação já podem ser visualizadas? Questões como essas estarão no centro de atenção da edição v.6, n.1 da *Revista Agriculturas* que publicará artigos que retratam experiências demonstrativas das possíveis contribuições da Agroecologia para a mitigação das mudanças climáticas e de seus efeitos.

Data-limite para envio de artigos:
15 de fevereiro de 2009

Diversidade dos sistemas agrícolas (v.6, n. 2)

Data-limite para envio de artigos:
15 de abril de 2009 (Revista Agriculturas)

Pluriatividade e formas da economia da família rural (v.6, n. 3)

Data-limite para envio de artigos:
01 de março (Revista Global e Latino-americana) • 15 de julho de 2009 (Revista Agriculturas)

Mulher, trabalho e agroecologia (v.6, n. 4)

Data-limite para envio de artigos:
01 de junho de 2009 (Revista Global e Latino-americana) • 15 de setembro de 2009 (Revista Agriculturas)

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos devem

vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

Acesse: www.agriculturas.leisa.info